

CT. GFC. 282/2019

17 de JUNHO de 2019

Sra.

Santina Parras Pereira

Sócia

MULTILIXO REMOÇÕES DE LIXO SOCIEDADE SIMPLES LTDA.

Rua Ushikichi Kamiya, 3.555 - Parque Casa da Pedra

SÃO PAULO / SP

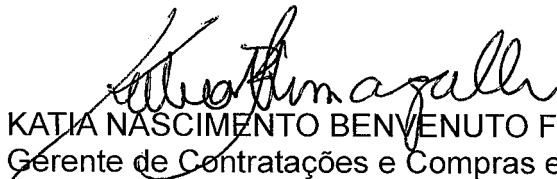
CEP 02323-000

Assunto: CONTRATO Nº 833418306100 – Designação de Gestor

Comunicamos a V.Sas. que o Sr. Leopoldo Augusto Correa Filho, Gerente de Administração de Materiais e Logística - GFM, telefone (011) 3619.7683, será o responsável pela gestão do Contrato.

Sua função será a de coordenar os trabalhos, servindo de ligação entre V.Sas. e esta Companhia, na administração de problemas, tomando decisões técnicas e administrativas, dentro dos limites contratuais.

Atenciosamente,



KATIA NASCIMENTO BENVENUTO FUMAGALLI

Gerente de Contratações e Compras em Exercício



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL POR COPROCESSAMENTO DE SUCATA DE EMBALAGEM PLÁSTICA E METÁLICA CONTAMINADA, SUCATA DE FILTRO DE ÓLEO, SUCATA DE FILTRO DE AR, SERRAGEM CONTAMINADA COM PRODUTOS QUÍMICOS, RESÍDUO TÊXTIL CONTAMINADO E RESÍDUOS DE TINTA, SOLVENTE ORGÂNICO, MASSA PANTOGRÁFICA, ÓLEOS LUBRIFICANTES, QUEROSENE, GRAXA, VASELINA E BORRA DE GRAXA, INSERVÍVEIS E INADEQUADOS PARA RERREFINO QUE ESTÃO ESTOCADOS NO ALMOXARIFADO NA LAPA, DA LINHA 07 DA CPTM, QUE ENTRE SI, FAZEM A **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS – CPTM E MULTILIXO REMOÇÕES DE LIXO SOCIEDADE SIMPLES LTDA..**

Pelo presente instrumento, elaborado para um único efeito, as partes abaixo assinadas, de um lado a **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**, inscrita no C.N.P.J. sob nº 71.832.679/0001-23, Inscrição Estadual nº 113.898.614-110, com sede em São Paulo - SP, na Rua Boa Vista, nº 185, doravante denominada simplesmente **CPTM**, por seus representantes legais ao final qualificados, e, de outro, a empresa **MULTILIXO REMOÇÕES DE LIXO SOCIEDADE SIMPLES LTDA.**, inscrita no C.N.P.J. sob nº 01.382.443/0001-57, com sede na Rua Ushikichi Kamiya, 3.555 - Parque Casa da Pedra, na cidade de São Paulo/SP, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por seus representantes legais ao final qualificados, ajustam e convencionam as obrigações e compromissos recíprocos, na forma da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002, do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – **CPTM**, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, dos artigos 89 a 99 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, das normas internas específicas da CPTM e do Código de Conduta e Integridade da **CPTM**, pelas condições constantes do edital e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, nas condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

1. OBJETO

- 1.1 Constitui objeto do presente contrato a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL POR COPROCESSAMENTO DE SUCATA DE EMBALAGEM PLÁSTICA E METÁLICA CONTAMINADA, SUCATA DE FILTRO DE ÓLEO, SUCATA DE FILTRO DE AR, SERRAGEM CONTAMINADA COM PRODUTOS QUÍMICOS, RESÍDUO TÊXTIL CONTAMINADO E RESÍDUOS DE TINTA, SOLVENTE ORGÂNICO, MASSA PANTOGRÁFICA, ÓLEOS LUBRIFICANTES, QUEROSENE, GRAXA, VASELINA E BORRA DE GRAXA, INSERVÍVEIS E INADEQUADOS PARA RERREFINO QUE ESTÃO ESTOCADOS NO ALMOXARIFADO NA LAPA, DA LINHA 07 DA CPTM.



- 1.2 A presente contratação, para fins de informação à Receita Federal do Brasil, não envolve transferência de tecnologia à **CPTM**.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 2.1. Para melhor caracterização do objeto, bem como para definir procedimentos decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este instrumento todos os documentos do edital do Pregão Eletrônico nº 8334183061, bem como os seguintes:

Anexo I Termo de Referência;
Anexo II Proposta da **CONTRATADA**;
Anexo III Planilha de Quantidades e Preços Propostos;
Anexo IV Cópia da Declaração de Ciência e Responsabilidade; e
Anexo V Termo de Ciência e de Notificação.

- 2.2. No caso de divergências entre o contrato e seus anexos, prevalecerá o disposto neste contrato.
- 2.3. Se a divergência for entre anexos, prevalecerá aquele de data mais recente.
- 2.4. No caso de divergência entre os anexos e a Proposta da **CONTRATADA** prevalecerão os documentos da **CPTM**.

3. REGIME DE EXECUÇÃO

- 3.1 Os serviços objeto do presente contrato serão executados sob o regime de **empreitada por preço unitário**.

4. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1 Os serviços deverão ser executados estritamente em conformidade com as condições pormenorizadamente definidas e especificadas neste contrato e no Edital do Pregão Eletrônico nº 8334183061, integrante deste instrumento para todos os fins e efeitos legais.

4.1.1 A execução dos serviços iniciar-se-á a partir da data de início estabelecida na Ordem de Serviço – OS.

4.1.2 Todos os elementos técnicos e informações relativas aos serviços contratados são de exclusiva propriedade da **CPTM** e deverão ser devolvidos findo o presente contrato, não podendo seu conteúdo ser copiado ou revelado a terceiros sem autorização expressa e escrita da **CPTM**, sob pena de responder a **CONTRATADA** por perdas e danos.

5. PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL E DE VIGÊNCIA

- 5.1 O presente Contrato entra em vigor na data de sua assinatura.
- 5.2 O prazo de execução do objeto contratual é de **5 (cinco) meses**, a contar da data de início estabelecida na Ordem de Serviço - O.S., a ser emitida pela **CPTM** em até 15 (quinze) dias da data da assinatura do contrato.



- 5.3 A inobservância do prazo de execução estipulado nesta cláusula somente será admitida pela **CPTM**, quando fundamentada nos motivos de força maior nos termos do artigo 393 do Código Civil Brasileiro ou por motivos imputáveis à **CPTM**, os quais deverão ser comprovados sob pena de a **CONTRATADA** incorrer nas penalidades estipuladas neste contrato.
- 5.4 A hipótese de que trata o subitem anterior somente será considerada mediante solicitação escrita e fundamentada da **CONTRATADA**, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da ocorrência do fato gerador do atraso e desde que aceita, também por escrito, pela **CPTM**.
- 5.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
- 5.6 Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste contrato em dia de expediente na **CPTM**.
- 5.7 Na hipótese de a publicação do ato ocorrer em dia não útil, será considerado publicado o primeiro dia útil seguinte.

6. VALOR DO CONTRATO

- 6.1 As partes atribuem a este contrato, para efeitos de direito, o valor total de **R\$ 90.700,00** (noventa mil e setecentos reais), em abril/2019, mês-base dos preços.
- 6.1.1 O valor definido nesta cláusula contempla toda mão-de-obra, materiais, equipamentos, instrumentos, transportes, acessórios, tributos, encargos, taxas, seguros cabíveis e todos os demais custos, de modo a constituir a única contraprestação pela execução dos serviços objeto deste instrumento contratual.

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 7.1 A despesa referente ao valor do presente contrato será processada por conta de recursos que estão alocados no **PTRES nº 379228, Natureza da Despesa nº 339039, Origem dos Recursos 004004004**.

8. MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 8.1 Os serviços objeto deste contrato serão apontados por realização dos eventos correspondentes às etapas de realização do objeto consubstanciados em produtos parciais que deverão ser entregues após a data de recebimento da Ordem de Serviço - OS pela **CONTRATADA**, contemplando todos os eventos realizados no período e aprovados pela **CPTM**, de acordo com o Cronograma de Execução, constante do Anexo I - Termo de Referência, deste instrumento.
- 8.2 A medição será realizada diretamente pela **CONTRATADA**, apresentando os produtos finais de cada evento e o serviços realizados, a data e o local onde os mesmos foram executados e o valor correspondente às atividades executadas no período abrangido pela mesma.



- 8.3 A medição deverá ser numerada sequencialmente, discriminando o número deste contrato, o seu objeto e a Ordem de Serviço correspondente.
- 8.4 A medição deverá ser apresentada à **CPTM** até o 3º (terceiro) dia útil, contado do último dia do período de adimplemento de cada parcela, mediante protocolo onde conste a data de sua entrega.
- 8.5 A **CPTM** terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a conferência da medição e dos relatórios e a sua aprovação.
- 8.6 A medição não aprovada pela **CPTM** será devolvida à **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem anterior, a partir da data de sua reapresentação para nova conferência.
- 8.7 A parcela não rejeitada seguirá o processamento normal, conforme estabelecido nesta cláusula.
- 8.8 A devolução da medição não aprovada pela **CPTM** em hipótese alguma servirá de pretexto para que a **CONTRATADA** suspenda a execução dos serviços.
- 8.9 Na hipótese de devolução da medição de forma indevida, a **CPTM** ressarcirá à **CONTRATADA** o valor da rejeição, acrescido de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano, calculados "pro rata tempore" desde a data de vencimento original até a do efetivo pagamento.

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1 A **CPTM** procederá ao pagamento nas condições previstas nesta cláusula.
- 9.1.1 Após a aprovação da medição, a **CONTRATADA** deverá, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, apresentar ao Departamento Fiscal – DFSF da **CPTM**, sito na Rua Boa Vista, 170 – 3º andar – Bloco 3 – São Paulo/SP, o documento fiscal pertinente, do qual deverão constar todos os tributos incidentes na fonte sobre a prestação dos serviços, conforme estabelecido na cláusula de tributos deste contrato.
- 9.1.2 No documento de fiscal deverão ser indicados o número do contrato, o período medido, o número da Ordem de Serviço – OS, o número da medição e os locais de realização dos serviços. No processamento do pagamento, obedecerá a **CPTM** às disposições contidas na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, regulamentada pelo Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999.
- 9.1.3 O documento fiscal não aprovado pela **CPTM** será devolvido à **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 9.1.1, a partir da data de sua reapresentação.
- 9.1.4 A devolução do documento de cobrança não aprovado pela **CPTM** em hipótese alguma servirá de pretexto para que a **CONTRATADA** suspenda a execução dos serviços.



- 9.1.5 A **CPTM** efetuará o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da entrega do documento fiscal no DFSF, desde que aprovados a medição, a nota fiscal e o documento de cobrança, nos prazos estabelecidos nas cláusulas da medição e de pagamento deste contrato.
- 9.1.5.1 A efetivação do(s) pagamento(s) oriundo(s) deste Contrato fica condicionada à inexistência de registro da **CONTRATADA** no CADIN Estadual, nos termos da Lei nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008.
- 9.1.6 Na hipótese de ocorrer devolução da medição, conforme estabelecido na correspondente cláusula deste contrato, o prazo de pagamento será dilatado pelo número de dias contados entre a data de devolução e a(s) data(s) da nova apresentação.
- 9.1.7 Caso ocorra atraso no pagamento, por motivos imputáveis à **CPTM**, os valores devidos serão acrescidos de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano, calculados "pro rata tempore", desde a data de vencimento da obrigação até a do efetivo pagamento, conforme fórmula abaixo:
- $$VJM = VA \times (1,06)^{n/365}, \text{ onde:}$$
- VJM = Valor em atraso acrescido de juros moratórios
VA = Valor em atraso
n = Número de dias em atraso
- 9.1.8 Excetuam-se os atrasos decorrentes de caso fortuito ou de força maior previstos no artigo 393 do Código Civil Brasileiro, desde que devidamente comprovados.
- 9.1.9 Os pagamentos serão efetuados por meio de crédito em conta corrente, junto ao BANCO DO BRASIL S.A., na forma do Decreto 62.867, de 03/10/2017, estando vedada a cobrança bancária.
- 9.1.10 A **CONTRATADA** deverá informar, por escrito, o tipo, o número da conta corrente, o número e o nome da agência de sua conta, em até 10 (dez) dias úteis contados da data da assinatura do contrato, por correspondência dirigida ao Departamento de Controle e Orçamento - DFFO da **CPTM**, na Rua Boa Vista, nº 175 – 2º andar – Bloco B – Centro – São Paulo/SP.
- 9.1.11 A **CPTM** poderá, sem prejuízo do disposto na cláusula DAS PENALIDADES, descontar dos pagamentos das faturas importâncias que, a qualquer título, forem-lhe devidas pela **CONTRATADA** em razão do presente contrato ou de qualquer outro celebrado entre a **CPTM** e a **CONTRATADA**.
- 9.1.12 Quaisquer títulos de cobrança emitidos pela **CONTRATADA** contra a **CPTM** não poderão ser negociados e deverão ser mantidos em carteira. A **CPTM** não se obriga a efetuar pagamentos de títulos colocados em cobrança por meio de Bancos ou empresas de "factoring".



9.1.13 A **CONTRATADA** dará como quitadas todas as duplicatas ou outros documentos de cobrança sacados contra a **CPTM**, pela efetivação do crédito em sua conta corrente.

10. TRIBUTOS

- 10.1. Todos os tributos e demais encargos devidos em decorrência, direta ou indireta, deste instrumento ou de sua execução encontram-se incluídos no preço do contrato, competindo à **CONTRATADA** apurá-los e recolhê-los, sem direito a reembolso. Na hipótese de fornecimento que implique à **CPTM** apurar e recolher o ICMS – DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA de que trata art. 117 do RICMS PAULISTA, a **CONTRATADA** desde logo autoriza que o pertinente valor seja deduzido/glosado de pagamentos subsequentes a ela efetuados.
- 10.2. A alíquota do ICMS, já inclusa no preço, será aquela vigente por ocasião do faturamento para a **CPTM**, correspondente ao respectivo Estado da Federação.
- 10.3. A **CPTM** se reserva o direito de solicitar à **CONTRATADA**, quando entender conveniente, a exibição dos comprovantes de recolhimento de tributos e demais encargos devidos, direta ou indiretamente, por conta deste instrumento.
- 10.4. Se durante o prazo de vigência deste contrato houver a alteração da alíquota dos tributos e demais encargos, ou a instituição de novos tributos que diretamente afetem os preços constantes deste contrato, os mesmos serão ajustados desde que devidamente comprovada a sua incidência e devidamente acordada entre as partes.
- 10.5. Caso haja majoração de tributos e esta esteja incluída na fatura, estando a **CONTRATADA** em atraso em relação ao prazo de execução dos serviços, por fatos de sua exclusiva responsabilidade, a **CPTM** responderá, unicamente, pelo valor do tributo da época em que o evento deveria ter sido realizado, devendo a **CONTRATADA** suportar o ônus dessa diferença.
- 10.6. A **CPTM**, quando for a responsável tributária e nessa qualidade, apurará e reterá os tributos devidos dos pagamentos que efetuar e os recolherá segundo a legislação vigente.
- 10.7. As notas fiscais serão emitidas com observância do prazo de recolhimento dos tributos incidentes na fonte. Na hipótese de a emissão se der após o prazo de recolhimento ou de forma ou tempo que não permita o tempestivo recolhimento dos tributos incidentes na fonte, a **CONTRATADA**, assume desde logo, a responsabilidade pelo pagamento dos correspondentes encargos moratórios.
- 10.8. A **CONTRATADA** deverá fazer constar em suas notas fiscais todos os tributos incidentes na fonte, com indicação de sua base de cálculo, alíquota e do montante apurado. Na hipótese de isenção ou outra ocorrência que venha a inibir a incidência tributária, a **CONTRATADA** deverá indicá-la no documento fiscal, acompanhada do devido fundamento legal.
- 10.9. Na ocorrência de divergência entre o valor do tributo informado na nota fiscal e o efetivamente apurado, retido e recolhido na fonte, a **CONTRATADA** desde logo reconhece e autoriza à **CPTM** a deduzir a diferença apurada no próprio ou em futuros pagamentos a ela efetuados, a qualquer título.



- 10.10. Quando se tratar de faturamento decorrente de serviços tributados pelo Imposto sobre Serviços - ISS, retidos e recolhidos pela **CPTM**, a cobrança deverá ser efetuada por documentos fiscais individualizados, de acordo com o município em que é prestado o serviço.
- 10.11. A **CONTRATADA**, se permitida a dedução de materiais da base de cálculo do ISS, deverá tomar as providências previstas na legislação municipal pertinente para que ocorra seu reconhecimento pelo órgão municipal competente, de modo a que o ISS indicado na nota fiscal corresponda exatamente ao valor a ser recolhido. Nestas providências incluem-se o prévio exame da fiscalização ou o cadastramento das notas fiscais de materiais em programas específicos de apuração de impostos municipais.
- 10.12. É de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** quaisquer tributos e/ou encargos financeiros que venham a ser imputados a **CPTM**, em decorrência de incorreções de faturamento ou de situações que possam inibir a **CPTM** do cumprimento de suas obrigações tributárias, cabendo o respectivo ressarcimento.

11. GARANTIA DE ADIMPLEMENTO DO CONTRATO

- 11.1. Para o fiel cumprimento das obrigações contratuais, a **CONTRATADA** apresentou garantia de adimplemento das condições estabelecidas neste instrumento, no valor de **R\$ 4.535,00** (quatro mil, quinhentos e trinta e cinco reais), calculado na base de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, recolhida junto ao Departamento de Finanças da **CPTM**, a qual deverá ser atualizada sempre que houver reajustamento ou atualização dos preços do contrato.
- 11.1.1. A garantia estabelecida nesta cláusula pode ser prestada mediante caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, cabendo à **CONTRATADA** optar por uma dessas modalidades, devendo os termos do seguro-garantia e/ou fiança bancária serem submetidos à prévia aprovação da **CPTM**.
- 11.1.2. A garantia, se prestada por fiança bancária, deverá ter seu valor expresso em REAL, com atualização automática de seu valor, na mesma época, índice, forma e periodicidade estabelecidos no item de Reajustamento de preços.
- 11.1.3. A garantia prestada em dinheiro deverá ser depositada diretamente na conta a ser indicada pelo Departamento de Finanças da **CPTM**, devendo a cópia do certificado de depósito ser entregue naquele departamento, situado na Rua Boa Vista nº 175 – 4º andar – Bloco A – Centro – São Paulo/SP.
- 11.1.4. Independentemente da modalidade de garantia apresentada, esta deverá ser complementada, também, quando da eventual incidência de reajuste dos preços deste contrato, com base no mesmo índice de reajuste adotado, devendo o complemento ser apresentado até o 30º (trigésimo) dia do mês em que ocorrer a aplicação do reajuste.



- 11.1.4.1. Havendo deduções do valor da garantia, pela aplicação de eventuais multas, a **CONTRATADA** obriga-se a regularizar a garantia quanto à complementação até o valor estabelecido no subitem 12.1 supra, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de recebimento da comunicação escrita da **CPTM**.
- 11.1.5. No caso de apresentação de garantia na modalidade de fiança bancária, a **CONTRATADA** deverá providenciar sua prorrogação ou substituição, com antecedência de 10 (dez) dias úteis ao seu vencimento, independentemente de notificação, de forma a manter a garantia contratual até o término da vigência do contrato, ficando também explícita a renúncia do fiador ao direito expresso nos artigos 827, 835 e 838 do Código Civil Brasileiro.
- 11.1.6. Desde que cumpridas as obrigações assumidas, a garantia prestada será liberada ou restituída no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo - TRD proporcionalmente aos valores contratuais referentes aos serviços, observadas as condições insertas no subitem ____ e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.
- 11.1.7. A **CPTM** poderá fazer uso da garantia de execução contratual, para pagamento de indenizações, bem como das multas previstas neste instrumento e, não sendo esta suficiente, responderá a **CONTRATADA** pela diferença e pela garantia e/ou complementação da garantia a ser mantida, observadas as condições estabelecidas neste instrumento.

12. OBRIGAÇÕES DA CPTM

12.1. A CPTM se responsabiliza por:

- 12.1.1. Fornecer todas as informações necessárias e que estiverem disponíveis para o desenvolvimento dos serviços objeto do presente contrato.
- 12.1.2. Notificar por escrito a **CONTRATADA**, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontrados na execução dos serviços.
- 12.1.3. Notificar por escrito a **CONTRATADA** da aplicação de eventual penalidade.
- 12.1.4. Proporcionar acesso adequado às instalações e a movimentação do pessoal e equipamentos da **CONTRATADA** nas dependências e instalações da **CPTM**.
- 12.1.5. Viabilizar toda fiscalização necessária ao acompanhamento dos serviços.
- 12.1.6. Apresentar as instalações, responsáveis, e localização dos extintores, aos empregados da Contratada, localização dos equipamentos, objetivando-se facilitar o acesso dos mesmos nos locais, para execução dos serviços objeto do contrato.



13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. A CONTRATADA se obriga a:

13.1.1. Preliminarmente ao início dos serviços, apresentar:

13.1.1.1. Carta de indicação do responsável técnico pelos serviços, acompanhada da devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART com registro no CREA/SP, conforme determina a Resolução CONFEA nº 1.025, de 30 de outubro de 2009.

13.1.1.2. Visto pelo CREA São Paulo no registro profissional do responsável técnico na hipótese do mesmo ser de outra região, de acordo com o artigo 58 da Lei nº 5.194/66.

13.1.2. Dar início à execução dos serviços a partir da data estabelecida na Ordem de Serviço - O.S. emitida pela **CPTM**.

13.1.3. Não alterar nenhuma especificação ou projeto sem prévia consulta e aprovação da **CPTM**.

13.1.4. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços objeto do contrato, conduzindo-os de modo eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o contrato, no prazo determinado.

13.1.5. Manter o local de execução dos serviços sempre em ordem e de acordo com as normas de segurança, preservando as integridades físicas dos empregados e demais profissionais autorizados para fiscalização destes.

13.1.6. Conduzir os trabalhos em estrita observância às normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpos e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.1.7. Arcar com todos os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre este contrato, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos determinados por lei.

13.1.8. Considerar custos e benefícios, diretos e indiretos, de natureza econômica, social ou ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância.

13.1.9. Possuir quadro de empregados qualificados, com formação e conhecimentos específicos e compatíveis com os serviços especializados necessários para desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

13.1.10. Respeitar e fazer com que seus empregados respeitem a legislação sobre segurança, higiene e medicina do trabalho e sua regulamentação, fornecendo aos mesmos os EPIs necessários, devendo apresentar-se devidamente identificados com crachás.



- 13.1.11. Cientificar a **CPTM** o mais rapidamente possível, e no prazo de 24 (vinte e quatro) horas por escrito, de qualquer ocorrência anormal que se verificar no decorrer dos trabalhos, dentro das responsabilidades descritas.
- 13.1.12. Paralisar, por determinação da **CPTM** ou seus prepostos, qualquer trabalho que não esteja sendo executado de acordo com as especificações técnicas, projetos, normas regulamentadoras e a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 13.1.13. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à **CPTM**, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela **CPTM**.
- 13.1.14. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas na licitação que deu origem ao presente instrumento.
- 13.1.15. Responsabilizar-se pelo fornecimento de equipamentos, instrumentos, ferramentas e recursos humanos necessários à completa execução dos serviços, bem como equipamentos de proteção individual (EPI's), sinalização e iluminação, isolamento e barreiras de proteção e sinalização das áreas operacionais que evitem acidentes com os usuários nos locais que tenham interferências com a execução dos serviços;
- 13.1.16. Executar os serviços, preferencialmente, sem acarretar qualquer interrupção das atividades da CPTM. Quando houver necessidade de paralisação de alguma atividade da CPTM para sua realização, os mesmos deverão ser executados no menor prazo possível e condicionados aos horários e permissões a serem estabelecidos pela CPTM. Para qualquer tipo de interdição (parcial ou total) deverá haver solicitação e aprovação prévia da CPTM, devendo ser seguida a rotina das Instruções de Serviços da CPTM;
- 13.1.17. Substituir, em caso de solicitação da CPTM, o profissional alocado no contrato, em no máximo 24 horas a partir da solicitação;
- 13.1.18. Confiar os serviços a profissionais idôneos e habilitados, utilizando-se o mais alto nível da técnica atual;
- 13.1.19. Responsabilizar-se pelo estudo de todos os documentos e outros elementos fornecidos pela CPTM para a execução do objeto deste instrumento, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de ignorância dos mesmos;
- 13.1.20. Cumprir as recomendações da CPTM;



- 13.1.21. Facilitar a ampla ação da Fiscalização da CPTM, promovendo fácil acesso aos serviços em execução e atendendo prontamente as observações e exigências que forem apresentadas;
 - 13.1.22. Responsabilizar-se pelo desaparecimento, dano e/ou extravio dos materiais de propriedade da CPTM que estiverem sob sua guarda, ressarcindo a CPTM em espécie ou a preços correntes da época do evento;
 - 13.1.23. Utilizar as instalações e áreas de propriedade da CPTM, somente para serviços e/ou atividades autorizadas pelo gestor do contrato;
 - 13.1.24. Zelar, no que lhe compete pelo correto encaminhamento das medições, faturas e demais documentos decorrentes do presente contrato, nos endereços e aos destinatários indicados pela CPTM, de forma a evitar extravios que possam implicar morosidade ou até suspensão nos compromissos e obrigações por parte da CPTM;
 - 13.1.25. Requerer a exclusão da CPTM, da lide, das eventuais ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados ou ex-empregados da CONTRATADA, durante a vigência contratual, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações, inclusive perante quaisquer terceiros interessados;
 - 13.1.26. Responsabilizar-se pelo cumprimento das Normas Técnicas Brasileiras (ABNT), das Normas dos órgãos Ambientais, dos Procedimentos, das Instruções Técnicas e Administrativas da CPTM, das Especificações, Códigos e Regulamentos pertinentes ao objeto deste contrato;
 - 13.1.27. Utilizar produtos ou subprodutos de madeira de origem exótica ou, no caso de utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa da flora brasileira, a obrigação de que sejam adquiridos de pessoa jurídica cadastrada no sistema CADMADEIRA, na hipótese do emprego de utensílios, embalagens ou recipientes para a execução das atividades deste contrato.
 - 13.1.28. Não alterar, em hipótese alguma, os preços unitários ou as condições de seu contrato, sob alegação de insuficiência de dados e informações sobre os serviços, obras e/ou condições locais existentes ou, ainda, de qualquer falha na obtenção de dados;
 - 13.1.29. Responsabilizar-se pela execução dos serviços, mesmo com a aprovação/autorização por parte da CPTM de quaisquer pleitos por parte da CONTRATADA.
 - 13.1.30. Para as operações de destinação e transporte, deverá ser feito, oportunamente, licenciamento através da retirada do CADRI (Certificado de Aprovação para Destinação de Resíduos Industriais) e notificação de autorização, liberada após a entrega do Plano de ação e contingência, sendo de responsabilidade da **CONTRATADA**. A **CONTRATADA** deverá fornecer, ainda, a assessoria necessária para a retirada da documentação exigida pela CETESB e arcar com todos os custos necessários.
- 13.2. Será admitida a substituição do responsável técnico de que trata o subitem 13.1.1.1 desta cláusula por outro de experiência equivalente ou superior, desde que devidamente justificada pela **CONTRATADA**, hipótese em que haverá prévia aprovação da **CPTM** e obrigará à nova ART (Anotação de Responsabilidade



Técnica) vinculada à ART original, nos termos do artigo 31 da Resolução CONFEA nº 1.025 de 30/10/2009.

14. PESSOAL

- 14.1. O pessoal que a **CONTRATADA** empregar para a execução dos serviços ora avençados não terá relação de emprego com a **CPTM** e desta não poderá demandar quaisquer pagamentos, tudo da exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**. No caso de vir a **CPTM** ser denunciada judicialmente, a **CONTRATADA** a ressarcirá de qualquer despesa que, em decorrência, vier a ser condenada a pagar.
- 14.2. A **CONTRATADA** deverá responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão-de-obra empregada na realização dos serviços, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos e por tudo mais que, como empregadora deva satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos de acidentes de trabalho, impostos e outras providências e obrigações necessárias à realização dos serviços ora contratados. A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos referidos, não transfere à **CPTM** responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.
- 14.3. Ocorrerem eventuais ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados ou ex-empregados da **CONTRATADA**, fica esta, obrigada a requerer a exclusão da **CPTM** da lide, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações, inclusive perante quaisquer terceiros interessados.
- 14.4. Na hipótese de a **CPTM** vir a ser condenada, solidária ou subsidiariamente, nas ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados ou ex-empregados da **CONTRATADA**, durante a vigência contratual e se o contrato estiver vigente, o valor da referida condenação será deduzido das medições e do valor das faturas vincendas. Na eventualidade do contrato ter sido encerrado e desde que não haja possibilidade de composição entre as partes, visando o reembolso da importância despendida pela **CPTM**, a título de condenação trabalhista solidária ou subsidiária, a **CPTM** utilizará o direito de regresso, em ação própria a ser intentada contra a **CONTRATADA**, com a qual, desde já a mesma expressa concordância, com as duas hipóteses previstas neste subitem.
- 14.5. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CPTM** o registro de todos os empregados ligados ao contrato e deverá obedecer a todos os requisitos da legislação trabalhista em vigor.

15. FISCALIZAÇÃO

- 15.1. A **CPTM** reserva-se o direito de exercer diretamente por si ou por intermédio de terceiros, devidamente credenciados, ampla fiscalização do cumprimento das obrigações atribuídas à **CONTRATADA**, solicitando à mesma, sempre que achar conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar à **CPTM** quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços contratados.



- 15.2. No desempenho de suas atividades, é assegurado à fiscalização, o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.
- 15.3. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização não eximirá a **CONTRATADA** da total responsabilidade de executar os serviços com toda cautela, boa técnica e qualidade dos serviços contratados.
- 15.4. A **CONTRATADA** obriga-se a atender as determinações da fiscalização da **CPTM** relativas à técnica de execução e à segurança do trabalho.
- 15.5. Todos os trabalhos serão verificados pelo Gestor do Contrato antes de serem apropriados, cabendo à **CONTRATADA** tomar todas as providências necessárias para essa verificação, a qual será realizada com base nas Especificações e Normas Técnicas pertinentes.
- 15.6. Até o recebimento definitivo do objeto do contrato/serviço, a **CONTRATADA** será responsável, sem qualquer ônus para a **CPTM**, pela conservação e manutenção dos serviços por ela executados.
- 15.7. Todos os defeitos, falhas e omissões detectadas pelo Gestor do Contrato nos elementos técnicos apresentados e na execução dos serviços, deverão ser corrigidos pela **CONTRATADA**, sem ônus para a **CPTM**, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir da data de sua comunicação. A aceitação dos serviços será concretizada somente depois de realizadas todas as correções exigidas pelo Gestor do Contrato, quando será emitido o Termo de Recebimento Provisório dos serviços realizados.

16. PENALIDADES

- 16.1. Salvo ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devida e formalmente justificados/comprovados, ao não cumprimento, por parte da **CONTRATADA**, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, poderão ser aplicadas, segundo a gravidade da falta, garantida prévia defesa, no prazo de 10 (dez) dias úteis, as seguintes penalidades:
- 16.1.1. Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a **CONTRATADA** concorrido diretamente;
- 16.1.2. Multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do saldo do contrato, na hipótese de descumprimento de qualquer de suas cláusulas;
- 16.1.3. Multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor do saldo do contrato, na hipótese da reincidência da ação ou da omissão, que tenha justificado a aplicação da multa estabelecida no subitem anterior;
- 16.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do saldo do contrato, em caso desistência ou rescisão do contrato.
- 16.1.5. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos a **CONTRATADA** que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.



- 16.2. As penalidades de multa serão, sempre que possível, descontadas dos créditos da **CONTRATADA** ou, se for o caso, cobradas administrativa ou judicialmente.
- 16.3. O pagamento das multas previstas nos itens 16.1.2 a 16.1.4 não exime a **CONTRATADA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que ultrapassem o valor das penalidades aplicadas.
- 16.4. Na hipótese de não existirem pagamentos previstos, efetivamente configurados, a **CONTRATADA** deverá efetuar a quitação da multa em até 48 (quarenta e oito) horas contadas do recebimento do documento de cobrança respectivo, no Departamento de Finanças da **CPTM**, sob pena de, em não o fazendo, sujeitar-se aos procedimentos judiciais cabíveis.
- 16.5. O não pagamento da multa no prazo estipulado importará na incidência de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano "pro rata tempore", até seu efetivo pagamento, utilizando-se para o cálculo a mesma fórmula indicada no subitem 9.1.7 deste contrato.

17. RESCISÃO

17.1. Constituem motivos para rescisão do contrato:

- a) O não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) A lentidão do seu cumprimento, levando a **CPTM** a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços, nos prazos estipulados;
- c) A subcontratação do objeto que importe em desatendimento das condições de qualificação técnica e sem prévia autorização da **CPTM**;
- d) A fusão, cisão, incorporação, associação da **CONTRATADA** com outrem, bem como a cessão ou transferência, total ou parcial, sem prévia autorização da **CPTM** para avaliação da manutenção das condições de habilitação;
- e) O desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do contrato;
- f) O cometimento reiterado de faltas na execução contratual;
- g) A dissolução da sociedade, o falecimento da **CONTRATADA**, a decretação de falência ou a insolvência civil da **CONTRATADA**;
- h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA** que prejudique a execução do contrato;
- i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela Diretoria Colegiada;
- j) A não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;
- k) O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela **CONTRATADA**, sem prejuízo da aplicação de sanções;
- l) O atraso nos pagamentos devidos pela **CPTM**, superior a 90 (noventa) dias, decorrentes de serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;



- m) O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
 - n) A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei Federal nº 12.846/2013.
- 17.2. A rescisão por iniciativa da **CONTRATADA** deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.
- 17.3. Em qualquer hipótese de rescisão contratual, os serviços já elaborados ou em elaboração, pela **CONTRATADA**, até a data rescisória, passarão à propriedade da **CPTM**.
- 17.4. A rescisão amigável ocorrerá por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, e será reduzida a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a **CPTM**.
- 17.5. Nos demais casos de rescisão, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será essa ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, nos termos do disposto no artigo 160 do Regulamento de Licitações e Contratos da **CPTM**.
- 18. ALTERAÇÕES**
- 18.1. O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, por acordo das partes, nos casos previstos no art. 150 do Regulamento de Licitações e Contratos da **CPTM**.
- 18.2. A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento), para os seus acréscimos.
- 18.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no subitem anterior, salvo as supressões resultantes de acordo entre as partes, e deverão ser feitos por meio de termos de aditamento, mantidos os preços unitários e demais condições contratuais.
- 18.4. Se no contrato não houverem sido contemplados preços unitários para serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no subitem 19.2.
- 18.5. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogações, se comprovadamente ocorrerem as circunstâncias descritas no artigo 152 do Regulamento de Licitações e Contratos da **CPTM**.
- 19. SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS**
- 19.1 Toda e qualquer subcontratação relativa ao objeto do presente contrato ficará limitada ao fornecimento de materiais e aos serviços acessórios necessários à execução do escopo principal do contrato, e deverá ser, previamente apresentada para aprovação da **CPTM**, podendo esta autorizar ou não a proposta.



- 19.2 A autorização da **CPTM** não desobriga a **CONTRATADA** da integral responsabilidade pela subcontratação e pelos correspondentes serviços e/ou fornecimentos realizados.
- 19.3 Na solicitação de autorização da subcontratação, será informado e detalhado pela **CONTRATADA** o serviço ou o material a ser subcontratado e as condições de execução dos mesmos. Sendo autorizada a subcontratação pela **CPTM**, o subcontratado deverá submeter-se às normas por ela estabelecidas, bem como às cláusulas e condições deste instrumento.
- 19.4 Mesmo ocorrendo a subcontratação, a **CONTRATADA** será a única e exclusiva responsável, pelos termos deste instrumento, perante a **CPTM**, órgãos e entidades públicas e privadas e terceiros, bem como será a única a emitir faturamento contra a **CPTM**.
- 19.5 A **CPTM** deverá ter acesso liberado, pela **CONTRATADA**, à todas as subcontratadas e/ou seus fornecedores de materiais e equipamentos.
- 19.6 Na hipótese de não aprovação do produto ou serviço de subcontratação, a **CONTRATADA** deverá apresentar novo subcontratado para o mesmo escopo, não cabendo à **CPTM** qualquer responsabilidade de eventual comprometimento do objeto deste instrumento.
- 19.7 Não é permitida subcontratação de empresas que apresentaram propostas no pregão eletrônico que originou este contrato.

20. GARANTIA TÉCNICA

- 20.1 A **CONTRATADA** deverá garantir, em razão da sua responsabilidade, a correção e/ou substituição, sem custo adicional para a **CPTM**, de quaisquer atividades desenvolvidas em desconformidade técnica ou diversa da especificada em planilha, devendo garantir ainda, a eficácia dos processos utilizados.
- 20.2 A garantia contratual aplicada aos serviços entregues será de 01 (um) ano, com início a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD), sendo que, caso haja algum problema ou defeito relacionado aos serviços prestados neste período, a **CONTRATADA** deverá efetuar a reparação sem cobrança alguma de ônus à **CPTM**, devendo ser interrompida a contagem do tempo de garantia e a mesma ser retomada quando os serviços forem refeitos satisfatoriamente.
- 20.3 A **CONTRATADA** não se eximirá da responsabilidade por defeitos, vícios ou mau funcionamento de qualquer elemento ou conjunto do processo previsto nas especificações deste contrato.

21. PROPRIEDADE DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

- 21.1 Todos os relatórios, documentos técnicos, informações, análises, compilações, estudos e outros documentos elaborados pela **CONTRATADA**, na execução dos serviços, serão entregues à **CPTM**, na forma impressa e em meio eletrônico, junto com inventário detalhado dos referidos documentos, respeitados os direitos de propriedade industrial.
- 21.1.1 Os documentos referidos no subitem anterior, oriundos da prestação de serviços objeto desta contratação, quando em arquivo eletrônico, deverão apresentar formatos compatíveis (Microsoft Word, MS Excel, Autocad, MS Power Point, VISIO, Corel Draw, MS Project, MS Access) com os existentes na **CPTM**.



- 21.2 No entanto, a documentação fornecida poderá ser utilizada pela **CPTM**, em qualquer ampliação, modificação ou alteração que julgar conveniente.
- 21.3 A documentação técnica apresentada à **CONTRATADA** é de propriedade da **CPTM**, sendo vedada sua utilização pela **CONTRATADA** para outros fins que não os previstos neste contrato. A **CONTRATADA** deverá manter rigoroso sigilo a respeito dessa documentação.
- 21.4 Quando do encerramento definitivo deste contrato, a **CONTRATADA** deverá ter entregue à **CPTM**, todos os documentos a que estiver contratualmente obrigada.

22. DIREITOS AUTORAIS

- 22.1 A **CONTRATADA** deverá garantir, indenizar e proteger a **CPTM**, seus sucessores, cessionários, clientes e usuários contra quaisquer responsabilidades, inclusive custos, indenizações, despesas, reclamações, ações ou processos judiciais sejam de que natureza forem, resultantes ou relacionados com qualquer infração dos dispositivos de marcas e patentes e/ou direitos autorais, com relação à execução do objeto deste contrato.
- 22.2 A **CPTM** comunicará à **CONTRATADA**, por escrito, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais contra ela propostas, obrigando-se a **CONTRATADA**, conforme opção da **CPTM**, a:
- 22.2.1 Defendê-la na forma entendida como a mais conveniente, pagando quaisquer danos, prejuízos e/ou custos a que venha a **CPTM** a ser condenada, por força das citadas medidas;
- 22.2.2 Substituir, por produtos não infringentes, os produtos ou parte desses produtos declarados como tal, por decisão judicial, ou modificá-los, de forma a torná-los produtos não infringentes;
- 22.2.3 Garantir à **CPTM** a continuidade e qualidade dos serviços previstos no contrato.
- 22.3 Em qualquer das três hipóteses, correrão por conta da **CONTRATADA** todas as despesas para adoção da opção entendida como mais conveniente pela **CPTM**, bem como as despesas relativas à consecução da(s) alternativa(s) indicada(s) e aprovada(s) pela **CPTM**.
- 22.4 Os materiais e equipamentos a serem utilizados deverão encontrar-se totalmente desembaraçados de controle ou acordo com terceiros, especificamente patentes ou "know-how", que impeçam a **CPTM** o conhecimento de detalhes do projeto.

23. COMUNICAÇÕES

- 23.1 Todas as comunicações recíprocas, relativas a este contrato, serão consideradas como efetuadas se entregues por correspondência endereçada como segue:

CPTM:

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

RUA BOA VISTA, Nº 185 – CENTRO

SÃO PAULO / SP

CEP 01014-001

CONTRATO Nº 833418306100



CONTRATADA:**MULTILIXO REMOÇÕES DE LIXO SOCIEDADE SIMPLES LTDA.**

Rua Ushikichi Kamiya, 3.555 - Parque Casa da Pedra

SÃO PAULO / SP

CEP 02323-000

CONTRATO Nº 833418306100

CONTATO: Sr. Luciano José Lopes Dias ou Bruno Silva

TEL/FAX: 11 2453-6100 / 2453-6105

e-mail: multilixo@uol.com.br ; brunosilva@multilixo.com.br

23.2 A entrega de qualquer correspondência, inclusive a que encaminha documentos ou Memorandos de Remessa - MR, será feita mediante correio eletrônico ou carta, ambos com comprovação de recebimento, que deverá ser juntado aos autos do processo de licitação ou gestão. Em quaisquer dos casos, deverá sempre constar o número deste Contrato, o assunto, data de recebimento e o nome do remetente.

23.3 A **CPTM** e a **CONTRATADA** deverão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da assinatura deste instrumento, apresentar por escrito os nomes e respectivos cargos dos empregados designados pelas mesmas, para serem responsáveis pela gestão do presente contrato, aos cuidados dos quais deverão ser dirigidas as correspondências aqui previstas.

24. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

24.1 No recebimento e aceitação do objeto deste contrato serão observadas, no que couber, as disposições contidas no artigo 154 do Regulamento de Licitações e Contratos da **CPTM**.

24.2 O objeto deste contrato será aceito pela **CPTM**, desde que atenda as condições estipuladas neste instrumento e nos documentos que fazem parte integrante do mesmo.

24.3 Os serviços serão recebidos provisoriamente, mediante a emissão de Termo de Recebimento Provisório - TRP, assinado pela **CPTM** e pela **CONTRATADA**, em 15 (quinze) dias da comunicação escrita de conclusão dos trabalhos pela **CONTRATADA**. Na emissão do TRP, deverão ser registradas todas as pendências a serem solucionadas no período de observação de defeitos ou falhas na conclusão do escopo. Não ocorrendo a solução das pendências nos prazos contratuais, a **CONTRATADA** passará à condição de inadimplência perante a **CPTM**.

24.4 O Recebimento Definitivo será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data de expedição do Termo de Recebimento Provisório - TRP, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo - TRD, assinado pela **CPTM** e pela **CONTRATADA**.

25. NOVAÇÃO

25.1 Se qualquer das partes permitir, por tolerância, o descumprimento, no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas ou condições do presente instrumento ou de seus anexos, tal fato não implicará novação das obrigações ora assumidas.

26. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

26.1 Aplica-se a este contrato, e principalmente aos casos omissos, o disposto na Lei Federal nº 10.520/02, no Regulamento de Licitações e Contratos da **CPTM** e na Lei Federal nº 13.303/16, bem como na Legislação Estadual pertinente.



27. VINCULAÇÃO

27.1 O presente Contrato está vinculado ao Pregão Eletrônico nº 8334183061 e à proposta da **CONTRATADA**.


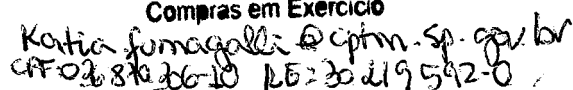
28. FORO

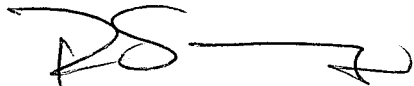
28.1 Os contratantes elegem o foro da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas ou questões não resolvidas administrativamente.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, destinadas uma à **CONTRATADA** e a outra a **CPTM**.

São Paulo, 17 de JUNHO de 2019.

Pela **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**:



Kátia Nascimento Benvenuto Fumagalli
Gerente de Contratações e
Compras em Exercício

Kátia.fumagalli@cptm.sp.gov.br
CPF nº 02.810.26-10 PE 230.219.542-0
SANDRA REGINA MATOS BORGES
Gerente de Contratações e Compras
sandra.borges@cptm.sp.gov.br
E-mail pessoal: N/I
CPF Nº: 118.149.678-00
RG Nº: 16.110.187-2


RODRIGO SERGIO DIAS
Diretor Administrativo e Financeiro
rodrigo.dias@cptm.sp.gov.br
E-mail pessoal: N/I
CPF nº: 225.510.368-01
RG nº: 39.561.246-9

Pela **CONTRATADA**:


SANTINA PARRAS PEREIRA
Sócia
santina@multilixo.com.br
E-mail pessoal: N/I
CPF nº: 103.082.868-71
RG nº: 12.315.834-5 - SSP/SP

TESTEMUNHAS:


CARLOS ALBERTO RODRIGUES
Analista de Administração
e Gestão

CN 833418306100

19


Vinicius C. Pardini
Gerente Comercial
Multilixo Rem. de Lixo S/S Ltda



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
CN 833418306100



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA - CONTRATO 833418306100

1. OBJETO

Contratação de empresa para prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final por coprocessamento de sucata de embalagem plástica e metálica contaminada, sucata de filtro de óleo, sucata de filtro de ar, serragem contaminada com produtos químicos, resíduo têxtil contaminado e resíduos de tinta, solvente orgânico, massa pantográfica, óleos lubrificantes, querosene, graxa, vaselina e borra de graxa, inservíveis e inadequados para rerrefino, que estão estocados no almoxarifado na Lapa, da linha 07 da CPTM.

2. ESPECIFICAÇÕES**2.1. PREMISSAS**

Para atender as necessidades da CPTM, os trabalhos estão divididos conforme itens abaixo:

- Todos os serviços e componentes deverão garantir plenamente o perfeito funcionamento e o atendimento das necessidades da CPTM;
- O licenciamento das operações deverá ser obtido antes do início das atividades;
- A priorização das tarefas será definida pelo gestor da CPTM e com o de acordo da contratada;
- Os serviços serão executados sob o regime de empreitada por preço unitário.

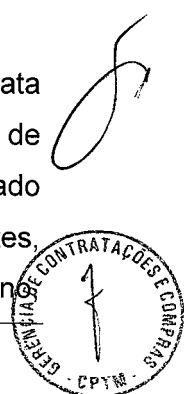
2.2. ABRANGÊNCIAS

Estão contemplados para os serviços todos os resíduos considerados Classe I estocados no almoxarifado de inservíveis, tipo:

- Embalagem plástica e metálica contaminada
- Sucata de filtro de óleo e ar
- Serragem contaminada
- Resíduo têxtil contaminado
- Resíduos de tinta, solvente orgânico, massa pantográfica, óleos lubrificantes, querosene, graxa, vaselina e borra de graxa

2.3. SERVIÇOS

Os serviços de coleta, transporte e destinação final por coprocessamento de sucata de embalagem plástica e metálica contaminada, sucata de filtro de óleo, sucata de filtro de ar, serragem contaminada com produtos químicos, resíduo têxtil contaminado e resíduos de tinta, solvente orgânico, massa pantográfica, óleos lubrificantes, querosene, graxa, vaselina e borra de graxa, inservíveis e inadequados para rerrefino.



que estão estocados no almoxarifado A003 na Lapa devem estar em conformidade com o que determina o item 2.2 (Segurança, Medicina e Higiene do Trabalho) do caderno “Condições Gerais para Contratação”.

Após a coleta, a Contratada deverá deixar em perfeitas condições de limpeza, ocupação e uso os locais onde forem realizados os serviços, bem como aqueles utilizados para o acesso de seu pessoal e do material necessário, sendo de sua responsabilidade, o conserto do que for danificado.

2.4. PLANEJAMENTO OPERACIONAL

A contratada deverá elaborar um programa de atividades prevendo as rotinas com a descrição detalhada (memorial descritivo) do serviço a ser executado, considerando as normas técnicas, legais, ambientais e administrativas pertinentes.

2.5. MATERIAIS

Para a realização dos serviços de coleta, transporte e destinação final por coprocessamento de sucata de embalagem plástica e metálica contaminada, sucata de filtro de óleo, sucata de filtro de ar, serragem contaminada com produtos químicos, resíduo têxtil contaminado e resíduos de tinta, solvente orgânico, massa pantográfica, óleos lubrificantes, querosene, graxa, vaselina e borra de graxa, inservíveis e inadequados para rerrefino, que estão estocados no almoxarifado A003 na Lapa, a contratada deverá fornecer e fiscalizar todos os materiais, embalagens que evitem a contaminação do ambiente, ferramentas, acessórios e equipamentos de proteção individual e coletivo, que se façam necessários à realização dos serviços.

A CPTM não fornecerá nenhum material e/ou equipamentos necessários à execução dos serviços contratados.

2.6. ACONDICIONAMENTO

A sucata de embalagem plástica e metálica contaminada, sucata de filtro de óleo, sucata de filtro de ar, serragem contaminada com produtos químicos, resíduo têxtil contaminado e resíduos de tinta, solvente orgânico, massa pantográfica, óleos lubrificantes, querosene, graxa, vaselina e borra de graxa, encontram-se acondicionados em tambores metálicos.

Para o transporte, os resíduos deverão ser acondicionados em tambores fechados.

Caso esses tambores não apresentem condições de segurança necessárias ao transporte de produtos, os mesmos deverão ser substituídos pela CONTRATADA.

Os tambores devem ser adequadamente identificados pela CONTRATADA, para o transporte conforme normas técnicas aplicáveis.

2.7. PROCESSAMENTO

O local de destino dos resíduos deverá ter a aprovação do órgão ambiental competente para os resíduos em questão. Todo o processo deve ser realizado de acordo com todas as normas ambientais e de segurança, com plano de apoio e aprovado pelo órgão ambiental competente.

2.8. RELATÓRIOS

A contratada deverá elaborar relatórios técnicos mensais relativos aos serviços prestados, informando as quantidades de lâmpadas inteiras e quebradas recolhidas na CPTM e o registro da existência de não conformidades. Ao final da execução do serviço, a contratada deverá entregar à CPTM o Relatório Conclusivo contendo Fotos e os Certificados de Destinação do Mercúrio através da Nota Fiscal, Declaração do Receptor ou CADRI emitido pelo órgão ambiental responsável.

2.9. SEGURANÇA, MEDICINA E HIGIENE DO TRABALHO

A execução dos serviços de contratação de empresa para coleta, transporte, e destinação final por coprocessamento de sucata de embalagem plástica e metálica contaminada, sucata de filtro de óleo, sucata de filtro de ar, serragem contaminada com produtos químicos, resíduo têxtil contaminado e resíduos de tinta, solvente orgânico, massa pantográfica, óleos lubrificantes, querosene, graxa, vaselina e borra de graxa, inservíveis e inadequados para rerrefino que estão estocados no Almoxarifado de Materiais Inservíveis, Resíduos, Sucatas e Alienações – Lapa, deverá respeitar as normas de segurança e de prevenção de riscos de acidentes, obedecendo às normas e padrões internos da CPTM descritos na Norma de Serviço NI.01/011 – Cláusulas de Saúde e Segurança do Trabalho nas Contratações de Serviços e Obras, assim como as decorrentes das normas e regulamentos aplicáveis à CPTM.

2.10. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Almoxarifado de Materiais Inservíveis, Resíduos, Sucatas e Alienações situado à Av. Raimundo Pereira de Magalhães, 200 – Vila Anastácio – São Paulo/SP.

2.11. PERÍODO DE TRABALHO

Os serviços de coleta, carregamento, transporte e destinação final por coprocessamento de sucata de embalagem plástica e metálica contaminada, sucata de filtro de óleo, sucata de filtro de ar, serragem contaminada com produtos químicos, resíduo têxtil contaminado e resíduos de tinta, solvente orgânico, massa pantográfica, óleos lubrificantes, querosene, graxa, vaselina e borra de graxa, inservíveis e inadequados para rerrefino que estão estocados no Almoxarifado de Materiais Inservíveis, Resíduos, Sucatas e Alienações da CPTM, deverão ser desenvolvidos de segunda-feira à sexta-feira no período das 8:00 às 16:30 horas.

2.12. TRANSPORTE

Todo o transporte e carregamento necessários deverão ser de responsabilidade da Contratada e deverá ser realizado somente de segunda a sexta-feira das 8:00 às 16:30, conforme a programação da Contratada, previamente aprovada pela CPTM.

2.13. MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS

A CPTM não fornecerá nenhum tipo de material e/ou equipamentos necessários à execução dos serviços contratados.

2.14. GARANTIAS

A CONTRATADA deverá garantir, em razão de sua responsabilidade técnica, a correção sem custo adicional para a CPTM, de quaisquer atividades desenvolvidas em desconformidade técnica ou diversa da especificada em planilha, devendo garantir ainda, a eficácia dos processos utilizados.

2.15. PRAZO E CRONOGRAMA FÍSICO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução dos serviços será de 5 (cinco) meses, contados da data de recebimento da Ordem de Serviço expedida pela CPTM, de acordo com o cronograma a seguir:

CRONOGRAMA FÍSICO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	MESES				
		1	2	3	4	5
1.0	Elaboração e Apresentação do Programa de Trabalho Descritivo					
1.1	Cronograma Físico Geral - Detalhamento por Item					
1.2	Programa de Ações e Procedimentos					
1.3	Programa de Segurança Ambiental e do Trabalho					
1.4	Programa para Transporte de Produtos Perigosos					
1.5	Programa de Prevenção, Contenção e Respostas a Acidentes					
1.6	Programa de Destinação de Resíduos					
2.0	Licenciamento das Operações					
2.1	Consulta em Órgãos Competentes e Solicitação de Licenças					
2.2	Obtenção de Licenças					
3.0	Análise laboratorial / Laudo Caracterização					
3.1	Análise laboratorial / Laudo Caracterização					
4.0	Coleta, Transporte, Destinação para Coprocessamento e Fornecimento de Certificados de Destinação					
4.1	Coleta, Transporte, Destinação para Coprocessamento e Fornecimento de Certificados de Destinação					
5.0	Relatório Conclusivo com Fotos					
5.1	Relatório Conclusivo com Fotos					

ANEXOS

- ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA CPTM AN0999-8;
- NI.01/011 – CLÁUSULAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO NAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS E OBRAS.

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MENSAL (%)

MÊS	%
01	10,00%
02	30,00%
03	30,00%
04	20,00%
05	10,00%
TOTAL	100 %



COMPANHIA PAULISTA DE
TRENS METROPOLITANOS

ET – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

TÍTULO 446 – Controle Operacional						
9. Serviços técnicos para destinação de resíduos têxteis contaminados.						
TIPO ET	SISTEMA O	LINHA X	KM 99	CPTM		
TRECHO 99	SUBTRECHO 99	SUBSISTEMA/CONJUNTO O9999		ÁREA GOQ/Ambiental	Nº CONTRATO	
ETAPA 6	CLASSE/SUBCLASSE O12	SEQUENCIAL 999	Nº CONTROLE AN0999-8	VERIFICAÇÃO/DATA Raul – 05/09/07	VERIFICAÇÃO/DATA	
IDENTIFICAÇÃO ET.O.X.99.99.9999.6.O12.999			REVISÃO A	PÁGINA 1	APROVAÇÃO/DATA Raul – 05/09/07	
Nº CONTRATO	VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA		SUPERVISORA		

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

- Decreto Estadual nº 8468/76 e Decreto 47.397/02
- Lei de Crimes Ambientais nº 9605/98
- NBR 10004 – Resíduos Sólidos
- NBR 8286- Emprego de sinalização nas unidades de transporte e de rótulos nas embalagens de produtos perigosos
- NBR 7500- Transporte de cargas perigosas – simbologia.
- NBR 7501- Transporte de cargas perigosas – terminologia.
- NBR 7502- Transporte de cargas perigosas – classificação.

DOCUMENTOS RESULTANTES

-
-
-
-
-
-

OBSERVAÇÕES

- Colaboradores: Ana Gabriela Martins Cruto, Renata Fernandes F. Ciote.
- Responsável: Eng. Raul Merino Vicentini
- Aprovação: Eng. Raul Merino Vicentini
- Revisão: Eng. Raul Merino Vicentini

D.					
C.					
B.					
A.	Título /3.1	Vinculação do ao requisito da NBR ISO 14001/Alteração de Plano para Programa	Raul M. Vicentini	Raul M. Vicentini	02/06/2011
REV	ÍTEM	MOTIVO	RESP. TÉCNICO	APROVAÇÃO	DATA


7122

Esta folha é propriedade da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos e seu conteúdo não pode ser copiado ou revelado a terceiros sem autorização expressa. A liberação ou aprovação deste Documento não exime o projetista de sua responsabilidade sobre o mesmo.





COMPANHIA PAULISTA DE
TRENS METROPOLITANOS

TÍTULO: 446 – Controle Operacional 9. Serviços técnicos para destinação de resíduos têxteis contaminados.			
IDENTIFICAÇÃO ET.O.X.99.99.9999.6.012.999	Nº CONTROLE AN0999-8	REVISÃO A	PÁGINA 2
 CPTM	ÁREA GOQ/Ambiental	VERIFICAÇÃO/DATA Raul – 05/09/07	APROVAÇÃO/DATA Raul – 05/09/07
PROJETISTA	Nº CONTRATO	VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA
SUPERVISORA	Nº CONTRATO	VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA

1. FINALIDADE

Apresentar diretrizes básicas para a execução dos serviços de destinação de resíduos têxteis contaminados.

2. DEFINIÇÕES

Resíduos têxteis são resíduos industriais cujo código CPTM é 041884, descritos como materiais têxteis inservíveis contaminados por óleos/graxas, entre esses estão panos, estopas, luvas de raspas, luvas de vaqueta ou luvas de pano.

Esses resíduos são gerados na manutenção de trens, bem como na limpeza de equipamentos e componentes. Após sua utilização, os mesmos estão contaminados por óleos, graxas, solventes, e são acondicionados em tambores metálicos e encaminhados ao almoxarifado AX003 – Lapa.

De acordo com “NBR 10.004 – Resíduos Sólidos”, os resíduos têxteis se inserem na classificação de Resíduos Perigosos – Classe I.


A destinação final de resíduos têxteis contaminados pode ser feita em Aterros Classe I, Incineração ou Co-processamento. Para fins desta especificação técnica considerar-se-á como alternativa mais indicada a incineração.

A incineração é um método de tratamento que utiliza a decomposição térmica via oxidação, tornando os resíduos menos volumosos, menos tóxicos ou atóxicos. Este tipo de disposição é indicado para resíduos persistentes, tóxicos ou inflamáveis.





COMPANHIA PAULISTA DE
TRENS METROPOLITANOS

TÍTULO: 446 – Controle Operacional 9. Serviços técnicos para destinação de resíduos têxteis contaminados.			
IDENTIFICAÇÃO ET.O.X.99.99.9999.6.012.999	Nº CONTROLE AN0999-8	REVISÃO A	PÁGINA 3
 CPTM	ÁREA GOQ/Ambiental	VERIFICAÇÃO/DATA Raul – 05/09/07	APROVAÇÃO/DATA Raul – 05/09/07
PROJETISTA	Nº CONTRATO	VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA
SUPERVISORA	Nº CONTRATO	VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA

Cabem as informações a seguir:

Na disposição em aterros a empresa geradora é co-responsável por qualquer contaminação causada pelos resíduos dispostos no mesmo. Portanto este tipo de destinação exige auditorias periódicas nas instalações do aterro. Essas auditorias além de serem preocupações constantes, demandam perda de tempo de técnicos bem como negociações para ajustar agenda de acesso.

No caso de co-processamento existem poucas empresas interessadas neste tipo de resíduo, além disso muitas vezes os interessados encontram-se em outros estados tornando esta alternativa onerosa.

2.1 Local de Execução dos serviços


Os serviços objetos desta Especificação Técnica deverão ser executados junto ao Almoxarifado de inservíveis da Lapa, que está localizado na Av. Raimundo Pereira de Magalhães, 200 – Vila Anastácio – São Paulo - SP

2.2 Acesso

O acesso às áreas de execução dos serviços se dará mediante autorização expressa da CPTM durante o período de trabalho. A solicitação dessa autorização deve ser encaminhada com prazo limite de dez dias de antecedência e deverá conter nome e RG de todos os profissionais que trabalharão na área, bem como a placa e descrição dos veículos e equipamentos presentes no local.





TÍTULO: 446 – Controle Operacional			
9. Serviços técnicos para destinação de resíduos têxteis contaminados.			
IDENTIFICAÇÃO ET.O.X.99.99.9999.6.012.999	Nº CONTROLE AN0999-8	REVISÃO A	PÁGINA 4
 CPTM	ÁREA GOQ/Ambiental	VERIFICAÇÃO/DATA Raul – 05/09/07	APROVAÇÃO/DATA Raul – 05/09/07
PROJETISTA	Nº CONTRATO	VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA
SUPERVISORA	Nº CONTRATO	VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA

2.3 Período de Trabalho

Os serviços deverão ser desenvolvidos de segunda a sexta-feira, no horário comercial, das 8:00 às 16:30 horas.

Serviços complementares, executados fora do período normal de prestação de serviços, somente poderão ser realizados mediante prévia autorização da CPTM.

3. DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

Todos os serviços descritos nesta Especificação Técnica deverão incluir a aplicação de mão de obra qualificada e o fornecimento de todos os materiais necessários à conclusão integral da finalidade. Estes deverão ser executados conforme as normas legais e técnicas aplicáveis.

3.1 Programa de Atividades

Para início dos serviços deverá ser apresentado um documento intitulado **Programa de Atividades**.


No referido documento deverá constar uma **Descrição Detalhada** (memorial descritivo) do serviço a ser realizado acompanhado de um **Cronograma** detalhado por item a ser executado.

Ainda como parte integrante do Plano de Trabalho deverá ser apresentado um **Programa de Ações e Procedimentos**. Esse plano deverá contemplar, entre outros, todas as ações que deverão ser adotadas pela empresa e quais os procedimentos em casos de não-conformidades.





COMPANHIA PAULISTA DE
TRENS METROPOLITANOS

TÍTULO: 446 – Controle Operacional 9. Serviços técnicos para destinação de resíduos têxteis contaminados.			
IDENTIFICAÇÃO ET.O.X.99.99.9999.6.012.999	Nº CONTROLE AN0999-8	REVISÃO A	PÁGINA 5
 CPTM	ÁREA GOQ/Ambiental	VERIFICAÇÃO/DATA Raul – 05/09/07	APROVAÇÃO/DATA Raul – 05/09/07
PROJETISTA	Nº CONTRATO	VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA
SUPERVISORA	Nº CONTRATO	VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA

Deverá ser apresentado também um **Programa de Segurança Ambiental e do Trabalho** que contemple todas as situações de risco envolvidas no serviço contratado. Além da descrição das situações, a empresa deverá informar quais as Normas do Trabalho e Ambientais que deverão ser observadas para a realização do serviço, e os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e Coletivos (EPC's) que serão adotados.

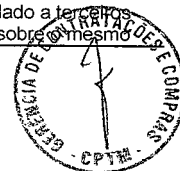
Tendo em vista que os Resíduos Têxteis a serem retiradas para destinação são classificadas pela NBR 10004 como Resíduos Perigosos – Classe I, deverá ser elaborado pela contratada um **Programa para Transporte de Produtos Perigosos**. Nesse documento a contratada deverá informar toda a legislação pertinente para esse tipo de transporte, bem como todas as informações/documentações necessárias (licenças) cabíveis, para a correta realização do transporte.

Deverá ser apresentado um **Programa de Prevenção, Contenção e Resposta a Acidentes**, que analise a possibilidade da ocorrência de acidentes cujas consequências sejam significativamente danosas para pessoas, bens e meio ambiente, durante o transporte e destinação.

Por fim, a empresa deverá apresentar um **Programa de Destinação dos Resíduos**, onde deverá constar a destinação correta dos resíduos.


3.2 Licenciamento das Operações

Para as operações de destinação e transporte, deverá ser feito o licenciamento através da retirada do CADRI (Certificado de Aprovação para Destinação de Resíduos Industriais) e notificação de autorização, liberada após a entrega do Plano de Ação e contingência, sendo de responsabilidade da Contratada. A Contratada deverá fornecer ainda, a assessoria necessária para a retirada da documentação exigida pela CETESB.





COMPANHIA PAULISTA DE
TRENS METROPOLITANOS

TÍTULO: 446 – Controle Operacional 9. Serviços técnicos para destinação de resíduos têxteis contaminados.			
IDENTIFICAÇÃO ET.O.X.99.99.9999.6.012.999	Nº CONTROLE AN0999-8	REVISÃO A	PÁGINA 6
 CPTM	ÁREA GOQ/Ambiental	VERIFICAÇÃO/DATA Raul – 05/09/07	APROVAÇÃO/DATA Raul – 05/09/07
PROJETISTA	Nº CONTRATO	VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA
SUPERVISORA	Nº CONTRATO	VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA

3.3 Coleta e Transporte

Para a coleta dos resíduos os funcionários da Contratada devem seguir todas as normas de segurança pertinentes, utilizando-se de todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI's e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC's necessários.

Para o transporte os resíduos deverão ser acondicionados em tambores fechados. Os tambores para transporte devem ser adequadamente identificados, conforme normas técnicas aplicáveis.

Os caminhões deverão ser adequados para o transporte de cargas perigosas, assim como o seu motorista.

Todos os materiais e equipamentos necessários para a coleta e transporte dos resíduos serão fornecidos pela Contratada.

3.4 Armazenamento Temporário e Destinação Final

A Contratada deverá dispor de área adequada para o armazenamento temporário de resíduos, mostrando-se apta a definir a logística de incineração a ser utilizada. As cinzas e demais resíduos resultantes do processo de incineração deverão ser dispostas de maneira adequada atendendo a legislação aplicável.

3.5 Relatório Conclusivo


A empresa deverá fornecer Relatório Conclusivo (com fotos), impresso e em mídia eletrônica, contendo informações sobre os serviços prestados, com detalhamento de todo o processo, e registro da existência de não-conformidades.

Conjuntamente com o relatório deverão ser entregues todos os documentos referentes à destinação dos resíduos têxteis contaminados, inclusive o Certificado de Recepção do Resíduo (ou equivalente) e o Certificado de Processamento (ou equivalente), onde deverá ser informado a origem e as quantidades do material destinado.





COMPANHIA PAULISTA DE
TRENS METROPOLITANOS

TÍTULO: 446 – Controle Operacional 9. Serviços técnicos para destinação de resíduos têxteis contaminados.			
IDENTIFICAÇÃO ET.O.X.99.99.9999.6.012.999	Nº CONTROLE AN0999-8	REVISÃO A	PÁGINA 7
 CPTM	ÁREA GOQ/Ambiental	VERIFICAÇÃO/DATA Raul – 05/09/07	APROVAÇÃO/DATA Raul – 05/09/07
PROJETISTA	Nº CONTRATO	VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA
SUPERVISORA	Nº CONTRATO	VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA

4. REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL

Para tratar a questão dos resíduos industriais, obriga-se atender às legislações aplicáveis:

- Federal: Constituição Brasileira em seu Artigo 225 - Proteção ao meio ambiente;
Lei 6.938/81 - Política Nacional de Meio Ambiente;
Lei de Crimes Ambientais 9605/98;
Decreto nº 96.044/88 - Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

- Estadual: Decreto 8.468/76- Dispõe sobre a Prevenção e o Controle da Poluição do Meio Ambiente e Decreto 47.397/02 (nova redação Título V, Anexo 5 e acrescenta Anexos 9 e 10 ao Decreto 8.468/76).

O atendimento a essas obrigações está claro na Política Ambiental da CPTM (RD 3586, de 08/01/04).

Além da legislação, deve-se atender as seguintes Normas Técnicas:

NBR 9735 – Conjunto de equipamentos para emergências no transporte terrestre de produtos perigosos

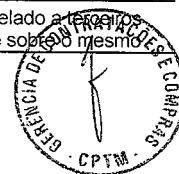
NBR 7500 – Símbolos de risco e manuseio para transporte e armazenamento de materiais;

NBR 7501 – Ficha de emergência para o transporte de produtos perigosos;

NBR 7504 – Envelope para o transporte de carga perigosa – Dimensões e utilizações;


NBR 13.221 – Transporte de resíduos.

NBR 11.175 - Incineração de resíduos sólidos perigosos - Padrões de desempenho.





COMPANHIA PAULISTA DE
TRENS METROPOLITANOS

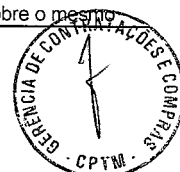
TÍTULO: 446 – Controle Operacional 9. Serviços técnicos para destinação de resíduos têxteis contaminados.			
IDENTIFICAÇÃO ET.O.X.99.99.9999.6.012.999	Nº CONTROLE AN0999-8	REVISÃO A	PÁGINA 8
 CPTM	ÁREA GOQ/Ambiental	VERIFICAÇÃO/DATA Raul – 05/09/07	APROVAÇÃO/DATA Raul – 05/09/07
PROJETISTA	Nº CONTRATO	VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA
SUPERVISORA	Nº CONTRATO	VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA


5. REGISTROS/DOCUMENTAÇÃO

Todas as licenças que porventura sejam necessárias para a execução dos serviços serão de responsabilidade da Contratada.

6. GARANTIA

A Contratada garantirá, em razão de sua responsabilidade técnica, sem custo adicional para a CPTM, a emissão de todos os documentos técnicos necessários sobre a realização dos serviços.



 CPTM	NORMA IMPLEMENTADORA	Página: 1/8
Classificação: 01 - GESTÃO EMPRESARIAL	Vigência: 26/11/16	Nº NI.01/011
TÍTULO: CLÁUSULAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO NAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS E OBRAS		

1. FINALIDADE

Estabelecer critérios relativos à inclusão nos Termos de Referência - TR, de cláusulas contratuais relacionadas à saúde e segurança do trabalho e segurança operacional de empregados de terceiros que atuam nas dependências da CPTM, bem como, definir responsabilidades inerentes à execução, fiscalização e gestão destas condições durante a realização dos serviços e obras.

2. DISTRIBUIÇÃO

Todas as áreas da CPTM

3. DEFINIÇÕES

3.1. Termo de Referência - TR

Instrumento elaborado antes da contratação de um produto, serviço ou obra, onde são explicitadas com precisão as especificidades técnicas e características particulares do objeto contratual e, que integra o contrato a ser firmado pela CPTM.

3.2. Contratada

Empresa responsável pela execução do objeto contratual originado pelo TR, em conformidade total com as exigências pactuadas.

3.3. Gestor

Preposto designado a representar a CPTM perante a Contratada, de forma a garantir a consecução do Instrumento Contratual.


3.4. Fiscal

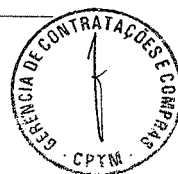
Empregado da CPTM indicado pelo Gestor ou empresa de Supervisão / Fiscalização contratada para o acompanhamento da execução do objeto contratual, observados os aspectos técnicos e legais.

4. DIRETRIZES

4.1. Gerais

- a.) Cabe à CPTM apresentar diretrizes que devem ser cumpridas ao longo da prestação dos serviços ou da implantação de obras e equipamentos, por contratadas, supervisoras e gerenciadoras, em relação à saúde e segurança do trabalho de empregados de terceiros que atuem em suas dependências.
- b.) Cabe à empresa contratada para a realização dos serviços ou obras, a responsabilidade integral pela execução das atividades com a observância de toda a legislação e normas regulamentadoras destinadas à saúde e segurança dos empregados que estejam atuando na CPTM e, em especial, ao conteúdo desta Norma Implementadora. Antes do início dos trabalhos, devem ser apresentados documentos que comprovem que a contratada cumpre integralmente as NR's de saúde e segurança do trabalho.
- c.) Cabe à empresa contratada como supervisora, além do acompanhamento de execução do objeto contratado, a verificação documental exigida para cumprimento de Normas Regulamentadoras, bem como, acompanhamento de campo do cumprimento das exigências relacionadas a saúde e segurança do trabalho, reportando ao Gestor do Contrato qualquer irregularidade observada.
- d.) Cabe à empresa contratada para o gerenciamento, acompanhar o andamento geral dos

Aprovação:	Data:	Versão: 02
 Paulo de Magalhães Bento Gonçalves Diretor Presidente		



serviços ou obras em andamento, com planilhamento de informações, que subsidiem decisões da administração da CPTM.

- e.) A CPTM se exime de qualquer responsabilidade relacionada aos empregados da Contratada, no que se refere às regulamentações relativas à saúde e segurança do trabalho.
- f.) Para execução de projetos deve ser observado o Relatório Técnico AN 7572 - 9, que estabelece as exigências mínimas para a realização de projetos de novas instalações ou reformas.
- g.) O Gestor do contrato ou seus representantes devem manter frequente contato com a Contratada de forma a garantir a fluência dos serviços.
- h.) A Contratada deve adotar medidas internas ou externas aos locais de trabalho visando eliminar qualquer possibilidade de riscos de acidentes.
- i.) As placas informativas instaladas pela Contratada devem estar de acordo com os modelos definidos pela CPTM.

5. CLÁUSULAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO QUE DEVEM CONSTAR NOS TERMOS DE REFERÊNCIA / CONTRATOS

5.1. Do Programa de Trabalho

- a.) A Contratada deve responsabilizar-se para que os serviços ou obras sejam executados em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, destinadas à saúde e segurança do trabalho e demais disposições estabelecidas por legislação federal, estadual, municipal e instrumentos normativos de órgãos técnicos oficiais.
- b.) A Contratada deve manter um Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT, devidamente registrado na Superintendência Regional do Trabalho, assim como uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, sempre que suas características assim o exigir. Deve indicar um profissional responsável pelo serviço especializado, para entendimentos com a CPTM, apresentando o respectivo comprovante de recolhimento da ART - Anotação de Responsabilidade Técnica.
- c.) Na desobrigatoriedade legal de exigência do SESMT, cujos serviços envolvam riscos ambientais (físicos / químicos / biológicos / ergonômicos e de acidentes), a empresa contratada deve designar um responsável técnico, com o devido recolhimento de ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, para os assuntos de saúde e segurança do trabalho a serem praticados nas dependências da CPTM.
- d.) A Contratada deve obedecer às determinações da segurança operacional no tocante ao acesso às áreas operacionais ou de tráfego de trens.
- e.) As recomendações da CPTM devem ser registradas no diário da obra e prontamente acatadas e implementadas sob inteira responsabilidade e ônus da Contratada.


5.2. Do Plano de Trabalho

As empresas contratadas devem apresentar previamente ao início dos serviços um Plano de Trabalho contendo, no mínimo, etapas da obra/serviço e aspectos de saúde e segurança do trabalho para cada fase, além da declaração que vai atender todas as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho conforme estabelecido na legislação vigente, os seguintes itens:

5.2.1. Ordens de Serviço referente a NR1

A Emissão de Ordens de Serviço, referentes à segurança e medicina do trabalho, deve obedecer aos termos da NR 1, com os seguintes objetivos:

Aprovação:


Paulo de Magalhães Bento Gonçalves
Diretor Presidente

Data:

Versão: 02



- Informar sobre a possibilidade de punição pelo descumprimento das Ordens de Serviços expedidas e divulgadas;
- Prevenir atos inseguros no desempenho dos trabalhos;
- Divulgar aos empregados as obrigações e proibições durante a execução dos trabalhos;
- Definir procedimentos para casos de acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais;
- Adotar medidas visando eliminar ou neutralizar a insalubridade e condições inseguras.

5.2.2. Treinamentos Obrigatórios

- a.) A Contratada deve, nas funções e atividades que exijam empregados com habilitação específica obrigatória por lei, disponibilizar para a fiscalização, cópias da documentação que comprove o fato.

5.2.3. Equipamentos de Proteção Individual - EPI

- a.) Cabe a Contratada fornecer aos seus empregados EPI's adequados aos riscos de cada atividade, dentro do que determina a NR 6 da Portaria 3.214/78 do MTE, bem como obrigar e fiscalizar o respectivo uso.
- b.) Os empregados em serviço devem estar devidamente uniformizados, usando coletes de alta visibilidade, portando crachás de identificação e usando os EPI's necessários. Caso contrário, não é permitido sua permanência no local do trabalho. Para atividades noturnas e em túneis deve haver iluminação adequada e cada empregado deve portar, no mínimo, colete reflexivo.
- c.) A Contratada deve manter registro da entrega e devolução dos EPI's aos seus empregados, para efeito de fiscalização do SESMT da CPTM e da Superintendência Regional do Trabalho.
- d.) No plano de trabalho deve constar a relação de EPI's e EPC's a serem utilizados durante a execução dos serviços / obra.

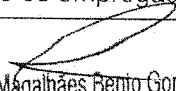
5.2.4. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA

- a.) A Contratada deve apresentar à CPTM o documento base do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, elaborado nos moldes na NR 9 da Portaria 3.214/78 do MTE e suas atualizações.

5.2.5. Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO

- a.) O PCMSO apresentado pela Contratada deve ser elaborado nos moldes da NR 7, sendo específico para o respectivo contrato de prestação de serviços e atualizado ao longo do período contratual.
- b.) No PCMSO deve constar, obrigatoriamente: relatório anual discriminado por setores da empresa relacionados ao contrato, número e natureza dos exames médicos, avaliações clínicas e exames complementares, estatística de resultados considerados anormais, bem como, planejamento para o próximo ano, visando evidenciar ou atestar a realização dos exames necessários ao desenvolvimento do programa. Todas as folhas do PCMSO devem ser vistas pelo médico responsável pela elaboração e implementação do Programa.
- c.) É obrigatória a emissão de ASO - Atestado de Saúde Ocupacional, nos seguintes casos: admissão, periódico, mudança de função, retorno ao trabalho ou demissão do empregado. O processo deve contar com as seguintes etapas:
1. Realizar exames complementares compatíveis com a natureza dos riscos a que estão expostos os empregados que prestarão serviços.

Aprovação:


Paulo de Magalhães Bento Gonçalves
Diretor Presidente

Data:

Versão: 02




**CPTM****TÍTULO: CLÁUSULAS DE SAÚDE E SEGURANÇA
DO TRABALHO NAS CONTRATAÇÕES
DE SERVIÇOS E OBRAS**

Nº NL.01/011

Página:
4/8

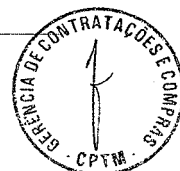
2. Realizar exame clínico avaliando os resultados dos exames complementares e a compatibilidade com os trabalhos a serem executados, bem como, qualquer outra moléstia ou condição pré-existente.
 3. Entregar cópia do ASO de cada empregado que atue nas dependências da CPTM.
 4. Observar a periodicidade do exame médico e complementar, conforme estabelecido no PCMSO e, entregar os ASO atualizados.
 5. Manter cópia do ASO no local de prestação do serviço para efeito de fiscalização pelos órgãos públicos competentes ou SESMT da CPTM.
- 5.2.6. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA
- a.) A Contratada deve encaminhar ao Gestor da CPTM, as atas de eleição, instituição e posse da CIPA, juntamente com o calendário anual de reuniões ordinárias e manter cópias das atas, devidamente assinadas, para eventual fiscalização. Caso seja desobrigada de constituir CIPA, a Contratada deve designar formalmente um representante para as questões de segurança e saúde, conforme disposto na NR 5.
- 5.2.7. Ficha de Informação de Produtos Químicos - FISPQ
- a.) A Contratada deve manter disponível no local de trabalho e à disposição de todos os trabalhadores, as FISPQ's dos produtos químicos por ela utilizados. Cabe a Contratada implementar medidas de controle de riscos previstas na FIPQ's e orientar os empregados no que se refere às ações em situações de emergência.
- 5.2.8. Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT
- a.) Quando da ocorrência de acidente de trabalho, a Contratada deve emitir Comunicação de Acidentes de Trabalho - CAT, conforme prevê a legislação e enviar cópia ao Gestor do Contrato. Casos de acidentes graves ou fatais devem ser imediatamente comunicados ao Gestor do contrato. Na sequência são providenciadas: a emissão da CAT, relatórios sobre encaminhamentos realizados, relatório de análise de acidente e cópia da ata de reunião extraordinária da CIPA.
- 5.2.9. Condições de Ambiente e Áreas de Trabalho
- a.) A Contratada deve manter as áreas de trabalho e armazenamento em condições de limpeza, higiene, organização e segurança, observando:
1. Locais para passagem e trânsito de usuários da CPTM, terceiros e colaboradores claramente definidos, sinalizados, desobstruídos e seguros.
 2. Locais apropriados e sinalizados para armazenagem/depósito de produtos/materiais.
 3. Armazenamento adequado e sinalizado para produtos combustíveis e líquidos inflamáveis, conforme NR 20 e NR 26.
 4. Espaço designado e sinalizado para descarte de lixo ou resíduos.
 5. Preservar os materiais de sua propriedade ou da CPTM, distribuídos ao longo das frentes de serviço, no sentido de evitar acidentes e/ou transtorno ao tráfego.
- b.) A Contratada deve realizar o transporte de empregados em veículos apropriados e isentos de riscos.
- c.) A Contratada deve disponibilizar aos empregados que atuam nas dependências da CPTM recursos de sanitários e vestiários, conforme NR 24.
- d.) Quando solicitado pela CPTM, a Contratada deve disponibilizar o Laudo Ergonômico, visando atender a fiscalização dos órgãos competentes, conforme NR 17.
- 5.2.10. Programa de Condições de Construção e Meio Ambiente de Trabalho - PCMAT
- a.) A Contratada atuante na área da indústria da construção civil deve apresentar à CPTM,


Aprovação:


Paulo de Magalhães Bento Gonçalves
Diretor Presidente

Data:

Versão: 02



 CPTM	TÍTULO: CLÁUSULAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO NAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS E OBRAS	Nº NL.01/011	Página: 5/8
---	--	--------------	----------------

o Programa de Condições de Construção e Meio Ambiente de Trabalho - PCMAT específico das atividades a serem desenvolvidas.

5.2.11. Laudos

- a.) Para atividades que envolvam riscos com energia elétrica, inflamáveis e/ou agentes insalubres, a contratada deve apresentar os respectivos Laudos Técnicos de Insalubridade e Periculosidade.

5.2.12. Paralisação dos Serviços

- a.) O não cumprimento, por parte da Contratada, das recomendações decorrentes das fiscalizações pode acarretar na interrupção ou cancelamento dos trabalhos ficando a Contratada sujeita às penalidades estabelecidas em contrato ou legislação vigente.
- b.) Se constatadas transgressões à legislação ou risco iminente à saúde e segurança dos empregados, cabe a Contratada prontamente corrigir ou restabelecer as condições adequadas, sem as quais os trabalhos não são reiniciados.
- c.) Os custos de paralisação das obras/serviços, no que se refere a segurança do trabalho, correm por conta da Contratada.

5.2.13. Plano de Atuação em Situações de Emergência

- a.) Deve ser apresentado um Plano de Atuação em Situações de Emergência devendo conter telefones e endereços de serviços de saúde para eventuais atendimentos aos acidentados, bem como, grau de risco identificado e ações a serem adotadas pelos envolvidos.

5.2.14. Comprovação Documental

- a.) As empresas contratadas devem apresentar documentos comprobatórios dos itens constantes do Plano de Trabalho, exceto para os itens 5.2.1, 5.2.7, 5.2.8, 5.2.9, 5.2.11 e 5.2.12 desta norma, que deverão ser apresentados em data posterior, de comum acordo com o gestor.

6. RESPONSABILIDADES

6.1. Área Solicitante

- a.) Prever no TR os aspectos de saúde e segurança trabalho e segurança operacional que devem constar nos Contratos.
- b.) Definir padrão de trabalho a ser seguido pela Contratada, prevendo horários adequados à realização dos serviços, visando minimizar interferências na operação.
- c.) Incorporar ao TR, informações adequadas às especificidades dos serviços, obras ou montagens, de forma a garantir que os contratos contenham cláusulas referentes a saúde e segurança do trabalho e segurança operacional.
- d.) Providenciar encaminhamento do TR, à Gerência de Contratações e Compras para início do processo licitatório.
- e.) Após assinatura do Contrato e antes da emissão da Ordem de Serviço, o plano de trabalho apresentado pela Contratada deve ser verificado, observando as cláusulas incluídas no TR / Contrato, constantes desta Norma.

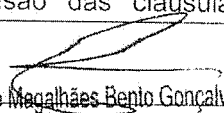
6.2. Segurança do Trabalho

- a.) Definir as diretrizes que devem ser cumpridas por contratadas de serviços e obras, que tenham empregados atuando nas dependências da CPTM.
- b.) Assessorar a Gestores e Fiscais de contratos de serviços e obras, quando solicitado.

6.3. Gerência de Contratações e Compras

- a.) Viabilizar a inclusão das cláusulas relativas à segurança trabalho e segurança

Aprovação:


Paulo de Magalhães Bento Gonçalves
Diretor Presidente

Data:

Versão: 02



operacional nos instrumentos contratuais e no decorrer do processo licitatório, conforme previstos no TR.

6.4. Gestor

- a.) Instruir o fiscal ou a empresa de Supervisão / Fiscalização contratada para o acompanhamento da execução do objeto contratual, sobre os aspectos de segurança do trabalho e segurança operacional previstos nos contratos e passíveis de fiscalização.
- b.) Paralisar a realização de serviços ou obras, quando as atividades gerarem qualquer tipo de risco ou dano à saúde e integridade dos trabalhadores, exigindo a correção imediata por parte da Contratada e aplicando as sanções cabíveis.
- c.) Impor restrições de pagamento se descumprida a legislação atinente à saúde e segurança do trabalho, bem como, o conteúdo desta Norma Implementadora para a realização do objeto contratado.

6.5. Fiscal designado pelo Gestor ou Empresa de Supervisão / Fiscalização

- a.) Fiscalizar o cumprimento das cláusulas contratuais pela Contratada.
- b.) Realizar inspeções sistemáticas dos serviços, verificando o cumprimento do plano de trabalho e demais determinações específicas da CPTM.
- c.) Verificar documentos relativos à saúde e segurança do trabalho, bem como, realizar a fiscalização de campo sobre os ambientes e demais condições relativas ao assunto.
- d.) Comprovar a adoção de procedimentos de saúde e segurança do trabalho durante a execução da obra ou serviço, verificando se a contratada está cumprindo o plano de segurança, fiscalizando o uso de EPI's, aplicando treinamentos previstos em NR, etc.


7. DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

- a.) Os casos omissos serão dirimidos pelo Diretor Presidente, por proposição da Gerência de Desenvolvimento Organizacional e Recursos Humanos - GRH.
- b.) Esta Norma cancela e substitui a NS.DAF/005 - Cláusulas de Segurança do Trabalho nas Contratações de Terceiros.

8. ANEXOS

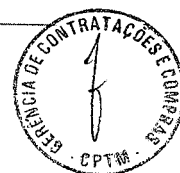
Anexo I - Controle de Versões

Aprovação:


Paulo de Magalhães Bento Gonçalves
Diretor Presidente

Data:

Versão: 02






8.1. Anexo I - Controle de versões

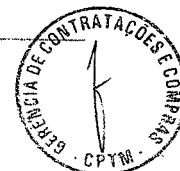
Versão	Data	Pág.	Motivo
01	04/05/09	Todas	Esta Norma cancela e substitui a NS.DAF/005 - Cláusulas de Segurança do Trabalho nas Contratações de Terceiros.
02	26/11/16	2 e 5	Adequação do Item 5.2.

Aprovação:


Paulo de Magalhães Bento Gonçalves
Diretor Presidente

Data:

Versão: 02



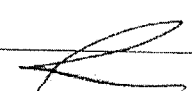
**CPTM****TÍTULO: CLÁUSULAS DE SAÚDE E SEGURANÇA
DO TRABALHO NAS CONTRATAÇÕES
DE SERVIÇOS E OBRAS**

Nº NL01/011

Página:
8/8**9. ÍNDICE**

1.	FINALIDADE	1
2.	DISTRIBUIÇÃO	1
3.	DEFINIÇÕES	1
3.1.	Termo de Referência - TR	1
3.2.	Contratada	1
3.3.	Gestor	1
3.4.	Fiscal	1
4.	DIRETRIZES	1
4.1.	Gerais	1
5.	CLÁUSULAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO QUE DEVEM CONSTAR NOS TERMOS DE REFERÊNCIA / CONTRATOS	2
5.1.	Do Programa de Trabalho	2
5.2.	Do Plano de Trabalho	2
5.2.1.	Ordens de Serviço	2
5.2.2.	Treinamentos Obrigatórios	3
5.2.3.	Equipamentos de Proteção Individual - EPI	3
5.2.4.	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA	3
5.2.5.	Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO	3
5.2.6.	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA	4
5.2.7.	Ficha de Informação de Produtos Químicos - FISPQ	4
5.2.8.	Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT	4
5.2.9.	Condições de Ambiente e Áreas de Trabalho	4
5.2.10.	Programa de Condições de Construção e Meio Ambiente de Trabalho - PCMAT	4
5.2.11.	Laudos	5
5.2.12.	Paralisação dos Serviços	5
5.2.13.	Plano de Atuação em Situações de Emergência	5
5.2.14.	Comprovação Documental	5
6.	RESPONSABILIDADES	5
6.1.	Área Solicitante	5
6.2.	Segurança do Trabalho	5
6.3.	Gerência de Contratações e Compras	5
6.4.	Gestor	6
6.5.	Fiscal designado pelo Gestor ou Empresa de Supervisão / Fiscalização	6
7.	DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES	6
8.	ANEXOS	6
8.1.	Anexo I - Controle de versões	7
9.	ÍNDICE	8

Aprovação:

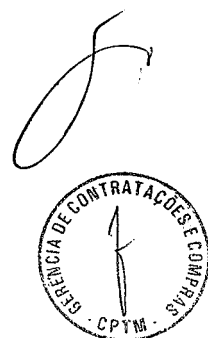

Paulo de Magalhães Bento Gonçalves
Diretor Presidente

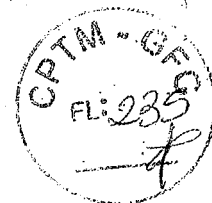
Data:

Versão: 02



ANEXO II
PROPOSTA DA CONTRATADA
CN 833418306100





TRANSPORTE DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS
ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº8334183061

MODELO DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº8334183061

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL POR COPROCESSAMENTO DE SUCATA DE EMBALAGEM PLÁSTICA E METÁLICA CONTAMINADA, SUCATA DE FILTRO DE ÓLEO, SUCATA DE FILTRO DE AR, SERRAGEM CONTAMINADA COM PRODUTOS QUÍMICOS, RESÍDUO TEXTIL CONTAMINADO E RESÍDUOS DE TINTA, SOLVENTE ORGÂNICO, MASSA PANTOGRÁFICA, ÓLEOS LUBRIFICANTES, QUEROSENE, GRAXA, VASELINA E BORRA DE GRAXA, INSERVÍVEIS E INADEQUADOS PARA RERREFINO QUE ESTÃO ESTOCADOS NO ALMOXARIFADO NA LAPA, DA LINA 07 DE CPTM.

Prezados Senhores,

Tendo tomado conhecimento dos termos de edital da licitação sob referência, temos a grata satisfação de apresentar nossa proposta para a prestação de serviços objeto desta Licitação.

1. SERVIÇOS

1.1 A presente proposta refere-se à **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL POR COPROCESSAMENTO DE SUCATA DE EMBALAGEM PLÁSTICA E METÁLICA CONTAMINADA, SUCATA DE FILTRO DE ÓLEO, SUCATA DE FILTRO DE AR, SERRAGEM CONTAMINADA COM PRODUTOS QUÍMICOS, RESÍDUO TEXTIL CONTAMINADO E RESÍDUOS DE TINTA, SOLVENTE ORGÂNICO, MASSA PANTOGRÁFICA, ÓLEOS LUBRIFICANTES, QUEROSENE, GRAXA, VASELINA E BORRA DE GRAXA, INSERVÍVEIS E INADEQUADOS PARA RERREFINO QUE ESTÃO ESTOCADOS NO ALMOXARIFADO NA LAPA, DA LINA 07 DE CPTM.**

1.2. Nela, estão observadas todas as condições estabelecidas no edital do Pregão Eletrônico nº **8334183061** e seus anexos.

2. PREÇOS

2.1 O preço total para os serviços objeto do edital que propomos é de R\$ 90.700 (noventa mil e setecentos reais), data-base 04/2019.

2.2 No preço indicado no subitem anterior estão incluídos, além da mão de obra, material, equipamentos, todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outras despesas de quaisquer naturezas que se fizerem indispensáveis à perfeita execução dos serviços objetos da licitação, também o BDI.

MULTILIXO REMOÇÕES DE LIXO S/S LTDA

Rua Ushikichi Kamiya, 3555 - Pq. Casa de Pedra - CEP 02323-000 - São Paulo - SP- Tel.: (11) 2453.6100 - SAC 0800 556451 - E-mail: multilixo@uol.com.br





TRANSPORTE DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS

3. PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DE VALIDADE DA PROPOSTA

3.1 O prazo de execução do objeto contratual é de **5 (cinco) meses**, a contar da data de início estabelecida na Ordem de Serviço – O. S., a ser emitida pela CPTM em até **15 dias**, da data de assinatura do contrato.

3.2 O prazo de validade da presente proposta é de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua entrega.

4. DECLARAÇÕES

4.1 Declaramos ter pleno conhecimento da natureza dos serviços a serem prestados

4.2 Declaramos nos submeter a todas as cláusulas e condições do edital, bem como às disposições da Lei Federal nº 10.520/02, do Regulamento de Licitações e condições da CPTM e da Lei Federal nº 13.303/16, bem como da Legislação Estadual pertinente, que regerão o contrato decorrente desta licitação.

4.3 Declaramos nosso compromisso de respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o “Código de Conduta e integridade de Fornecedores e Parceiros Comerciais” que se encontra disponível no site da Companhia no endereço eletrônico <http://sis.cptm.sp.gov.br/Licitacoes/normas.aspx>.

4.4. Declaramos que apresentaremos, antes da assinatura do contrato, a Licença Ambiental, conforme descrito no item 10.6.1. do edital.

SÃO PAULO, 09 DE ABRIL DE 2019.



LUCIANO JOSE LOPES DIAS
PROCURADOR

01.382.443/0001-571
MULTILIXO REMOÇÕES DE LIXO
S/S LTDA.
Rua Ushikichi Kamiya, 3555
Pq. Casa da Pedra - CEP 02323-000
SÃO PAULO - SP



MULTILIXO REMOÇÕES DE LIXO S/S LTDA

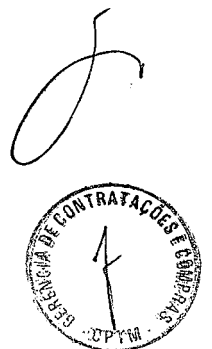
Rua Ushikichi Kamiya, 3555 - Pq. Casa da Pedra - CEP 02323-000 - São Paulo - SP- Tel.: (11) 2453.6100 - SAC 0800 556451 - E-mail: multilixo@uol.com.br

ANEXO III

PLANILHA DE QUANTIDADE E PREÇOS

PROPOSTOS

CN 833418306100



EVENTO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN.	QTD.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
MULTILIXO TRANSPORTE DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS					
1.0	Elaboração e Apresentação do Programa de Trabalho - Descritivo				
1.1	Coronograma Físico Geral - Detalhamento por item	UN.	1	R\$ 1.250,00	R\$ 1.250,00
1.2	Programa de Ações e Procedimentos	UN.	1	R\$ 1.250,00	R\$ 1.250,00
1.3	Plano de Segurança Ambiental e do Trabalho	UN.	1	R\$ 2.100,00	R\$ 2.100,00
1.4	Programa para transporte de produtos perigosos	UN.	1	R\$ 1.250,00	R\$ 1.250,00
1.5	Programa de prevenção, contenção e respostas a acidentes	UN.	1	R\$ 1.300,00	R\$ 1.300,00
1.6	Programa de destinação de resíduos	UN.	1	R\$ 1.400,00	R\$ 1.400,00
2.0	Licenciamento das Operações				
2.1	Consulta aos órgãos competentes e solicitação das licenças	UN.	1	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00
2.2	Obtenção das licenças	UN.	1	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00
3.0	Análise Laboratorial/ Laudo de Caracterização				
3.1	Análise Laboratorial/ Laudo de Caracterização	UN.	1	R\$ 287,60	R\$ 287,60
4.0	Coleta, Transporte, Destinação para Coprocessamento e Fornecimento dos certificados de destinação				
4.1	Sucata de Embalagem plástica Contaminada	Kg	2800	R\$ 0,38	R\$ 1.064,00
4.2	Sucata de Embalagem metálicas Contaminada	Kg	4140	R\$ 0,38	R\$ 1.573,20
4.3	Sucata de Filtro de Óleo	Kg	3100	R\$ 0,38	R\$ 1.178,00
4.4	Sucata de Filtro de Ar	Kg	350	R\$ 0,38	R\$ 133,00
4.5	Serragem Contaminada com produtos Químicos	Kg	840	R\$ 0,38	R\$ 319,20
4.6	Resíduo Textil Contaminado	Kg	33800	R\$ 0,38	R\$ 12.844,00
4.7	Resíduo de Tinta	Kg	2700	R\$ 0,38	R\$ 1.026,00
4.8	Resíduo de Solvente Orgânico	Kg	450	R\$ 0,38	R\$ 171,00
4.9	Resíduo de massa Pantográfica	Kg	3900	R\$ 0,38	R\$ 1.482,00
4.10	Resíduo de Óleos Lubrificantes	Kg	12000	R\$ 0,38	R\$ 4.560,00
4.11	Resíduo de Querosene	Kg	1900	R\$ 0,38	R\$ 732,00
4.12	Resíduo de Graxa	Kg	93000	R\$ 0,38	R\$ 35.340,00
4.13	Resíduo de Vasilina	Kg	6500	R\$ 0,38	R\$ 2.470,00
4.14	Resíduo de Borra de Graxa	Kg	21000	R\$ 0,38	R\$ 7.980,00
5.0	Entrega de Relatório Conclusivo com Fotos e Certificados de Destinação		186480		
5.1	Entrega de Relatório Conclusivo com Fotos e Certificados de Destinação	UN.	1	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
TOTAL GERAL R\$					90.700,00

DATA
PROCURADOR

09/04/2019
LUCIANO JOSE LOPES DIAS

01.382.443/0001-57
MULTILIXO REMOÇÕES DE LIXO
S/S LTDA.
Rua Ushikichi Kamiya, 3555
Pq. Casa de Pedra - CEP 02323-000
SAO PAULO - SP



MULTILIXO REMOÇÕES DE LIXO S/S LTDA

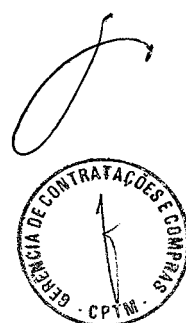
Rua Ushikichi Kamiya, 3555 - Pq. Casa de Pedra - CEP 02323-000 - São Paulo - SP- Tel.: (11) 2453.6100 - SAC 0800 556451 - E-mail: multilixo@uol.com.br

ANEXO IV

CÓPIA DA DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E

RESPONSABILIDADE

CN 833418306100





**TRANSPORTE DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº8334183061**



MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

Pelo presente, eu, LUCIANO JOSE LOPES DIAS, representante da empresa MULTILIXO REMOÇÕES DE LIXO SS LTDA, inscrita no nº_01.382.443-0001-57, na qualidade de Fornecedor ou parceiro comercial da CPTM, neste ato declaro estar ciente dos termos do Código de Conduta de Fornecedores e Parceiros Comerciais, comprometendo-me a adotar práticas indicadas nele para a realização das atividades minhas e da Empresa, bem como manterá confidencialidade de todas e quaisquer informações recebidas para o desenvolvimento das atividades relativas a CPTM, mesmo depois do termino da relação contratual entre a CPTM e a Empresa.

Além disso, com relação às questões de corrupção, declaro que eu e a Empresa estamos de acordo com as diretrizes apresentadas neste Código, acessando através do endereço eletrônico <http://sis.cptm.sp.gov.br/Licitacoes/normas.aspx>, e entendo que estou proibido de oferecer, prometer, pagar, autorizar ou receber quaisquer pagamentos indevidos, bem como realizar fraudes de qualquer natureza.

Declaro ainda que a Empresa cumpre as Leis Aplicáveis de combate à Corrupção e que disseminamos e esperamos a mesma conduta de nossos funcionários, fornecedores, parceiros comerciais, funcionários terceirizados e representantes.

SÃO PAULO, 09 de abril de 2019.

Assinatura do representante legal

01.382.443/0001-57

MULTILIXO REMOÇÕES DE LIXO
S/S LTDA.

Rua Ushikichi Kamiya, 3555
Pq. Casa da Pedra - CEP 02323-000
SÃO PAULO - SP

Luciano J. Lopes Dias
Téc. Segurança do Trabalho
RJ/061938.0



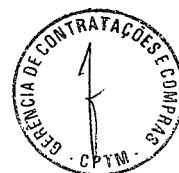
MULTILIXO REMOÇÕES DE LIXO S/S LTDA

Rua Ushikichi Kamiya, 3555 - Pq. Casa da Pedra - CEP 02323-000 - São Paulo - SP- Tel.: (11) 2453.6100 - SAC 0800 556451 - E-mail: multilixo@uol.com.br

ANEXO V

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CN 833418306100



ANEXO V
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8334183061
TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM
CONTRATADA: MULTILIXO REMOÇÕES DE LIXO SOCIEDADE SIMPLES LTDA.
CONTRATO Nº: 833418306100

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL POR COPROCESSAMENTO DE SUCATA DE EMBALAGEM PLÁSTICA E METÁLICA CONTAMINADA, SUCATA DE FILTRO DE ÓLEO, SUCATA DE FILTRO DE AR, SERRAGEM CONTAMINADA COM PRODUTOS QUÍMICOS, RESÍDUO TÊXTIL CONTAMINADO E RESÍDUOS DE TINTA, SOLVENTE ORGÂNICO, MASSA PANTOGRÁFICA, ÓLEOS LUBRIFICANTES, QUEROSENE, GRAXA, VASELINA E BORRA DE GRAXA, INSERVÍVEIS E INADEQUADOS PARA RERREFINO QUE ESTÃO ESTOCADOS NO ALMOXARIFADO NA LAPA, DA LINHA 07 DA CPTM.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCE/SP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil; e
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação; e
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

São Paulo, 17 de JUNHO de 2019.

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: PEDRO TEGON MORO
Cargo: Diretor Presidente
CPF: 144.051.718-58 RG: 21.448.592-4
Data de Nascimento: N/I
Endereço residencial completo: N/I
E-mail institucional: pedro.moro@cptm.sp.gov.br
E-mail pessoal: N/I
Telefone(s): (11) 3117-7009

Assinatura: _____

Luiz Eduardo Argenton
Diretor de Operação e Manutenção
e Diretor Presidente em Exercício

CN 833418306100

20




Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: SANDRA REGINA MATOS BORGES
Cargo: Gerente de Contratações e Compras
CPF: 118.149.678-00
RG: 16.110.187-2
Data de Nascimento: N/I
Endereço residencial completo: N/I
E-mail institucional: sandra.borges@cptm.sp.gov.br
E-mail pessoal: N/I
Telefone(s): (11) 2392-1270

Assinatura: _____


Kátia Nascimento Benvenuto Fumagalli
Gerente de Contratações e
Compras em Exercício
CPF: 036.870.326-10
RG: 30219.592-0
DATA DE NASCIMENTO: N/I
Endereço residencial completo: N/I
E-MAIL institucional: katia.fumagalli@cptm.sp.gov.br
E-MAIL pessoal: N/I
Telefone: (11) 2392-1290

Nome: RODRIGO SERGIO DIAS
Cargo: Diretor Administrativo e Financeiro
CPF: 225.510.368-01 RG: 39.561.246-9
Data de Nascimento: N/I
Endereço residencial completo: N/I
E-mail institucional: rodrigo.dias@cptm.sp.gov.br
E-mail pessoal: N/I
Telefone(s): (11) 3117-7020

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: SANTINA PARRAS PEREIRA
Cargo: Sócia
CPF: 103.082.868-71 RG: 12.315.834-5 - SSP/SP
Data de Nascimento: N/I
Endereço residencial completo: N/I
E-mail institucional: santina@multilixo.com.br
E-mail pessoal: N/I
Telefone(s): (11) 2453-6105

Assinatura: _____